

**O Pronaf na Paraíba: uma  
avaliação quantitativa com  
enfoque psicossocial**



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Embrapa Cerrados  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

# **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 204**

## **O Pronaf na Paraíba: uma avaliação quantitativa com enfoque psicossocial**

*Francisco Eduardo de Castro Rocha  
Francisco José Batista de Albuquerque  
José de Queiroz Pinheiro  
Jorge Artur Peçanha de Miranda Coelho  
Maria Quitéria dos Santos Marcelino*

Embrapa Cerrados  
Planaltina, DF  
2008

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

**Embrapa Cerrados**

BR 020, Km 18, Rod. Brasília/Fortaleza

Caixa Postal 08223

CEP 73310-970 Planaltina, DF

Fone: (61) 3388-9898

Fax: (61) 3388-9879

<http://www.cpac.embrapa.br>

[sac@cpac.embrapa.br](mailto:sac@cpac.embrapa.br)

**Comitê de Publicações da Unidade**

Presidente: José de Ribamar N. dos Anjos

Secretária-Executiva: Maria Edilva Nogueira

Supervisão editorial: Fernanda Vidigal Cabral de Miranda

Equipe de Revisão: Fernanda Vidigal Cabral de Miranda

Francisca Elijani do Nascimento

Jussara Flores de Oliveira Arbués

Normalização bibliográfica: Marilaine Schaun Pelufé

Editoração eletrônica: Renato Berlim Fonseca

Capa: Renato Berlim Fonseca

Foto da Capa: Leo Miranda

Impressão e acabamento: Divino Batista de Souza

Alexandre Moreira Veloso

Impresso no Serviço Gráfico da Embrapa Cerrados

**1ª edição**

1ª impressão (2008): tiragem 100 exemplares

**Todos os direitos reservados**

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**Embrapa Cerrados**

- 
- P965 O Pronaf na Paraíba: uma avaliação quantitativa com enfoque psicossocial / Francisco Eduardo de Castro Rocha... [et al.]. – Planaltina, DF : Embrapa Cerrados, 2008. 82 p. – (Boletim de pesquisa e desenvolvimento / Embrapa Cerrados, ISSN 1676-918X ; 204).

1. Crédito rural. 2. Agricultura familiar. 3. Pronaf. 4. Psicologia social. I. Rocha, Francisco Eduardo de Castro. II. Série.

# Sumário

Resumo .....	5
Abstract.....	6
Introdução.....	7
As Crenças como Unidade de Análise no Campo da Psicologia Social .....	10
Avaliação de Programa Social: uma estratégia para a tomada de decisão .....	13
Material e Métodos.....	22
Conclusões.....	49
Agradecimento .....	60
Referências .....	60
Referências recomendadas .....	62
ANEXO A .....	63
ANEXO B .....	82

# O Pronaf na Paraíba: uma avaliação quantitativa com enfoque psicossocial<sup>1</sup>

---

*Francisco Eduardo de Castro Rocha<sup>2</sup>; Francisco José Batista de Albuquerque<sup>3</sup>; José de Queiroz Pinheiro<sup>4</sup>; Jorge Artur Peçanha de Miranda Coelho<sup>5</sup>; Maria Quitéria dos Santos Marcelino<sup>6</sup>*

## Resumo

Avaliou-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) de forma quantitativa e com base na opinião de seus beneficiários, Grupo A (assentados, n = 200) e B (agricultores familiares, n = 200). O delineamento foi correlacional, com amostragem não-probabilística. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semi-estruturada, com 79 itens de avaliação (escala de 1 a 7, tipo Likert), tanto na Mesorregião do Agreste quanto do Sertão Paraibano. Para a fase de Implantação do Pronaf, a eficiência média das operações foi de 68,8 %, de satisfação. Para a fase do Produto da implantação, as operações foram avaliadas com eficiência em torno de 52,3 %, isto é, 47,7 % das operações foram realizadas de forma insatisfatória, ou não executadas por limitações do próprio Pronaf. Em relação à fase de Resultado do Pronaf, as operações executadas produziram impactos positivos na vida dos agricultores, com um percentual médio de satisfação de 71,6 %. Os beneficiários do Grupo B apresentaram intenção de pagamento do crédito significativamente maior que os respondentes do A. Todavia, os informantes do Grupo A e B do Sertão Paraibano apresentaram maior intenção de pagamento do que os do Agreste.

Termos para indexação: Psicologia social, avaliação de programa, agricultura familiar, intenção de pagamento de crédito, Pronaf.

<sup>1</sup> Parte da Tese do primeiro autor (Avaliação Psicossocial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Estado da Paraíba, 2008).

<sup>2</sup> Engenheiro Agrícola/Psicólogo, D.Sc., pesquisador da Embrapa Cerrados, rocha@cpac.embrapa.br

<sup>3</sup> Psicólogo, D.Sc., professor da Universidade Federal da Paraíba, frajoba@uol.com.br

<sup>4</sup> Psicólogo, Ph.D., professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pinheiro@cchla.ufrn.br

<sup>5</sup> Psicólogo, M.Sc., jarturcoelho@uol.com.br

<sup>6</sup> Pedagoga, M.Sc., mqmarcellino@yahoo.com.br

# The Pronaf in Paraíba: a quantitative evaluation in social psychology perspective

---

## Abstract

*It was presented the evaluation of the Brazilian Family Farming Program (Pronaf) in the State of Paraíba. This investigation was executed by the quantitative method and the Pronaf beneficiaries' opinion. In order to develop this evaluation, a relational non probabilistic sample design was used. Two Pronaf's group participated of this study, Group A (Agrarian reform settlers, n = 200) and Group B (small farmers, n = 200). A semi-structured objective interview composed by 79 items measured in a 7-point scale (1 = totally unsatisfied and 7 = totally satisfied) was applied. Results showed: 68,8 % indicated satisfaction with the efficiency of operation for Input (Pronaf establishment phase) and 52,3 % showed satisfaction with Output (Product of this establishment phase). Regarding to the Pronaf impact on the quality of life of small farmers, the respondents showed 71.6 % of satisfaction. Intention of loan repayment was significantly higher for Group B than Group A. Participants living in the Sertão Paraibano region showed higher level of intention to repay the loan than participants living in the Agreste region.*

*Index terms: social psychology, social program evaluation, small farm agriculture, Intention of loan repayment credit, Pronaf.*

## Introdução

Esta pesquisa, focada na avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foi desenvolvida seguindo o princípio orientador em que levantam-se, no primeiro momento (Estudo Preliminar - análise qualitativa dos dados), as crenças dos agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária sobre o funcionamento desse programa e, no segundo momento (Estudo Principal – análise quantitativa), medem-se essas crenças.

O Pronaf foi instituído, pelo governo federal, em 1996, com o objetivo de proporcionar o aumento da produção agrícola, a geração de ocupações produtivas e a melhoria da renda líquida e da qualidade de vida dos agricultores familiares. Como consequência, espera-se a promoção do desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar por meio de seus beneficiários: os agricultores familiares, assentados, povos indígenas e pescadores, estruturados em cinco grupos de beneficiários, A, B, A/C, D e E (AMORIM, 2003; FERREIRA, 2007a, 2007b).

Dados do IBGE (1995) permitem verificar que existem 4,3 milhões (89,3 %) de estabelecimentos agrícolas de 0 ha a 100 ha (agricultura familiar) vs. 516 mil (10,7 %) de estabelecimentos maiores que 100 ha (agricultura patronal). No contexto do Pronaf, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2007), o governo federal, para a safra 2006/2007, liberou R\$ 8,4 bilhões para atender a 1,7 milhão de contratos. Para a safra 2007/2008, disponibilizou a cifra de R\$ 12 bilhões, na forma de dotação orçamentária. Por meio desses dados, pode-se inferir que o Pronaf (1,7 milhão de contratos) ainda não conseguiu atender sequer a metade da população potencial de agricultores familiares (4,3 milhões), o que reforça sua importância perante a esse segmento da agricultura, mais do ponto de vista comportamental que tecnológico.

Nessa perspectiva, sua operacionalização se faz mediante a concessão de crédito rural, e seu funcionamento, de maneira global, segundo Ferreira (2007a), inclui as seguintes etapas:

1. Definição do projeto de implantação, considerado como um projeto de vida da família, principalmente no que diz respeito às atividades agropecuárias e não agropecuárias que os agricultores já desenvolvem ou que pretendem desenvolver na propriedade. Esse projeto deve ser discutido com todas as pessoas da família e também com o profissional de assistência técnica.
2. Verificação do grupo do Pronaf e o tipo de financiamento que a família pode fazer, considerando os objetivos, a renda e a capacidade de pagamento.
3. Obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) junto às entidades credenciadas pelo governo federal. A Emater, o banco, a cooperativa de crédito, a associação e o sindicato de trabalhadores rurais sabem quem pode emitir a referida declaração.
4. Encaminhamento dos documentos ao banco ou à cooperativa de crédito para o preenchimento da proposta de crédito que, se aprovada, será conduzida ao órgão de assistência técnica para elaboração do projeto, quando se tratar de financiamento de investimento. Para o financiamento de custeio, basta apresentar a proposta de crédito. Se aprovada, o agricultor será chamado para assinar o contrato.
5. Assinatura do projeto elaborado pelo técnico e o agricultor, com posterior encaminhamento ao banco ou à cooperativa de crédito, para ser analisado. Se for aprovado, o agricultor será chamado para assinar o contrato. O banco cria uma “conta corrente governo” e um cartão Pronaf, válido em todo o território nacional.
6. Implantação do projeto pelo agricultor e sua família depois de contratado e liberado o financiamento, observando as normas e aplicando os recursos e finalidades definidas.
7. Acompanhamento e fiscalização do projeto pelos técnicos responsáveis pela assistência técnica e pelo agente financeiro (bancos ou cooperativa de crédito), para observar a aplicação do crédito e garantir o pagamento do financiamento na hora certa.

8. Efetivação do pagamento até a data do vencimento, com o objetivo de manter os benefícios da linha de crédito.

As alterações que o Pronaf vem sofrendo desde sua criação, segundo Ferreira (2007a), são na tentativa de melhor atender à dinâmica de funcionamento dos diferentes grupos de produtores pertencentes à agricultura familiar e, conseqüentemente, servir mais efetivamente de instrumento facilitador ao desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, os agricultores, principalmente os do Grupo B, para sobreviverem no campo, exploram diferentes atividades agrícolas e não agrícolas. Isso gera uma dinâmica socioeconômica plurativa, chamando a atenção para formas alternativas de organização da produção e de vida no campo.

A combinação dessas atividades insere a família rural em diferentes setores, ampliando o seu campo de atuação e de inserção social e econômica. A noção de pluratividade encontra-se, assim, diretamente associada à de multifuncionalidade, já que questiona as fronteiras entre os diferentes setores de atividade e de emprego. Ambas, segundo Maluf (2002) e Schneider (2003), têm foco no significado econômico, tanto das atividades cuja composição e significados diferem em diversos contextos históricos e espaciais (pluratividade), como das relações e redes sociais outras, que não as econômicas (multifuncionalidade).

Por ser um programa relativamente recente, com alterações constantes em seus processos de funcionamento, e em virtude da carência de tradição em avaliação de programas sociais no Brasil, pouco se conhece a respeito da avaliação do Pronaf do ponto de vista comportamental. Baseando-se nos conceitos da Psicologia Social, ciência voltada ao estudo do comportamento humano, pode-se dizer que a política pública é um mecanismo de intervenção do Estado para propiciar a determinados segmentos da sociedade, por meio da implantação, desenvolvimento ou melhoria de serviços e produtos, a geração de impactos na qualidade de vida com reflexos nas crenças, atitudes e valores dessa população. Conseqüentemente, espera-se que

novos comportamentos, situações e resultados apareçam em prol da resolução de problemas de ordem socioeconômica, educacional, de saúde, produtiva, entre outros.

Um desses aspectos é o agrícola, como é o caso do desenvolvimento rural. Tradicionalmente, a disponibilização de conhecimentos, tecnologias e créditos tem sido o meio utilizado pelos programas de governo para a promoção do desenvolvimento rural. Entretanto, esses insumos não levam em consideração as crenças, as atitudes, os valores e os comportamentos dos atores sociais envolvidos nesse contexto. Todavia, essas variáveis são preponderantes para que os resultados sejam alcançados a contento. Nesse sentido, maiores informações conceituais sobre crenças são apresentadas a seguir com o intuito de estabelecer a sua relação com a avaliação do programa.

## **As Crenças como Unidade de Análise no Campo da Psicologia Social**

As crenças, como outros conceitos correlatos (atitude, valores), são relevantes para explicar muitos comportamentos, inclusive aqueles ligados às instituições e programas sociais. Comportamentos dos agricultores, tais como: plantar, cultivar, aplicar defensivos, colher, selecionar, armazenar, comprar, vender, pagar (como por exemplo, o crédito), podem ser considerados de elevado interesse social e, por conseguinte, merecedores de serem estudados, mas todos são determinados por fatores diversos, não somente de ordem tecnológica, de conhecimento, mas também de ordem psicossocial, tendo como base as crenças do indivíduo.

Para Gaskell e Fraser (1990), o termo “crença” é posto como visão de mundo ou de algum aspecto socialmente significativa do mundo. Esse termo não foi considerado como um conceito quando comparado com a definição de crença de Fishbein e Ajzen (1975), que utilizaram essa expressão para se referir às cognições independentes em associações avaliativas. Em vez de crença, o autores diz em que se pode aludir aos termos: atitudes, representações, opiniões, ideologias ou um número

de outros termos científicos sociais para invocar o que as pessoas pensam ou sentem a respeito do mundo a sua volta.

Do ponto de vista de Rokeach (1981, p.1), as crenças são inferências sobre estados de expectativas básicos; geralmente são expressas em termos daquilo que o indivíduo acredita, embora possa representar ou não exatamente aquilo que ele acredita. Isso ocorre freqüentemente por razões sociais ou pessoais constrangedoras, conscientes e inconscientes, que influenciam as pessoas a não verbalizar o pensamento.

Rokeach (1981, p.2) ainda apresenta outro conceito, o de sistema de crenças, considerado como uma espécie de organização psicológica, nem sempre lógica, mas que reúne cada uma e todas as crenças incontáveis de uma pessoa sobre a realidade física e social. Nesse sentido, acrescenta que: “por definição, nós não permitimos que as crenças existam fora do sistema de crenças, pela mesma razão que o astrônomo não permite que as estrelas fiquem fora do universo”.

Um exemplo dessas ponderações sobre o conceito de crença é que, toda vez que ocorre um maior período de estiagem no Sertão, o produtor costuma receber um recurso a fundo perdido (auxílio à seca). Por conseguinte, a crença de que o dinheiro do governo vai chegar logo pode reforçar ou dar origem a outras crenças, como, por exemplo, o governo é bom, é a salvação da lavoura, a dívida será perdoada. Dessa forma, comportamentos importantes como procurar apoio técnico ou outras soluções, embasados nessas crenças, podem ser deixados de lado.

O sistema de crenças de uma pessoa definido por Rokeach (1981) abrange crenças inconseqüentes, derivadas, pré-ideológicas sobre uma autoridade específica e crenças primitivas pré-ideológicas, compartilhadas ou não socialmente, sobre a natureza do mundo físico, da sociedade e do eu. No contexto da implementação do Pronaf, todas essas informações em contraste com o sistema de crenças e de valores dos agricultores irão influenciar suas atitudes e comportamentos, incluindo a opinião deles sobre o Pronaf.

Além da natureza da crença, Rokeach (1981, p.107) discute, ainda, a natureza da atitude, por ele vista como uma organização de crenças inter-relacionadas. Ela serve de base para um indivíduo se posicionar (descrever, avaliar e defender uma ação) perante um objeto ou situação e, geralmente, estrutura-se de forma duradoura, incluindo, para cada crença, componentes cognitivos, afetivos e comportamentais. Considera também que a atitude consiste em uma série de predisposições inter-relacionadas para responder/agir de forma positiva ou negativa, dependendo da força das crenças avaliativas e dos sentimentos positivos ou negativos de uma pessoa.

Além desse conceito, Rokeach (1981, p.100) discute, igualmente, o conceito de valor, considerando-o um tipo de crença localizado no centro do sistema de crenças, servindo de referencial para uma pessoa definir seu comportamento ou não. Trata-se, portanto, de uma abstração ideal, positiva ou negativa e que não se conecta a nenhum objeto ou situação atitudinal.

Enquanto a atitude é subsistema de crenças, o valor é uma crença central, primitiva. Assim, para Rokeach (1981), esses três componentes cognitivos, ou seja, crença, atitude e valor, relacionam-se na seguinte proporção: enquanto um adulto, possivelmente, possui dezenas ou centenas de milhares de crenças, milhares de atitudes, ele, no entanto, possui somente algumas dúzias de valores, os quais se organizam em ordem hierárquica de importância.

Por último, como resultado desses três componentes, Rokeach (1981, p.101) apresenta o conceito de opinião: “uma expressão verbal de alguma crença, atitude ou valor”.

A definição operacional de opinião, em sua relação com a crença, é de grande relevância para a presente pesquisa, uma vez que ambos os conceitos embasam o que se denominou de avaliação de programa psicossocial. Nesse contexto, a avaliação se baseia, além dos dados objetivos, em opiniões dos produtores rurais e, conseqüentemente, em suas crenças no Pronaf. Dessa forma, o levantamento de suas crenças

poderá fornecer preciosas informações sobre determinado objeto de análise, no caso, o Pronaf.

## **Avaliação de Programa Social: uma estratégia para a tomada de decisão**

Avaliar programas e políticas públicas, segundo Silva (1999), constitui um poderoso instrumento para gestores, formuladores e implementadores, uma vez que serve de base para a tomada de decisões com maior objetividade e qualidade, maximiza os efeitos do gasto público, identifica e supera pontos de estrangulamento, verifica os êxitos dos programas e, conseqüentemente, abre novas perspectivas racionais à implementação de políticas com maior capacidade para alcançar os resultados desejados. Dessa forma, o objetivo primordial da avaliação de um programa é contribuir para o seu aperfeiçoamento, por meio de informações indispensáveis para os gestores públicos, na qualidade de tomadores de decisão, e aumentar o grau de satisfação de seus beneficiários.

Para isso, Silva (1999) recomenda conhecer o programa, apreciar seu desenho, seu modo de implementação, na teoria e na prática. Conhecer um programa para avaliá-lo é perguntar como ele funciona. É necessário antes de tudo caracterizá-lo, o que não é uma tarefa fácil, pois os programas sociais incorporam grande variação em termos de componentes, estilos, pessoas e procedimentos.

Torna-se, portanto, necessário adotar procedimentos tais como: análise documental, entrevistas com decisores e implementadores das ações/políticas de órgãos governamentais, entrevistas com especialistas da comunidade científica e com os usuários.

Existem vários tipos de avaliação, Scriven (2001) cita alguns deles: avaliação de pessoal; estudos de política; avaliação de desempenho (no caso de estudantes, atletas, combatentes de guerra); análise/reviewing de restaurantes; avaliação de programa; pista de teste para veículos; avaliação do impacto ambiental; crítica a títulos de investimentos; crítica a jogos de carta e outros de azar, inclusive,

o de guerra; ética normativa (isto é, aplicada); a lógica prática (argumentação) e; análise de decisão aplicada.

Para Scriven (2001), esses diversos tipos compõem o território da avaliação. No entanto, ressalta dois campos que só recentemente foram identificados e considerados de grande importância: o primeiro é o da meta-avaliação (a avaliação das avaliações) e o outro, o campo da avaliação intradisciplinar, isto é, a avaliação conduzida dentro de disciplinas.

Scriven (2001) considera que a avaliação por si só já é uma disciplina de um tipo familiar, mas não convencional. Ela faz parte de um grupo transdisciplinar de elite por pertencer ao grupo das mais notáveis que servem a outras disciplinas, embora tenha também o status de condição autônoma. Nesse sentido, a avaliação pode ser utilizada não só no campo das ciências sociais, mas também no da história, da geografia, da ciência da computação, da educação, dos negócios & gestão, bem como das ciências mais antigas como a física e a biologia. Pode-se dizer, assim, que a avaliação é uma tarefa eminentemente multidisciplinar (FARIA, 2005).

Por sua vez, Silva (2001) considera que a avaliação de políticas e programas sociais é um campo de estudo da pesquisa social em desenvolvimento, verificando-se sua expansão a partir dos anos 1960, nos Estados Unidos, no âmbito dos programas de combate à pobreza. Todavia, naquele contexto, Faria (2005) afirma que a pesquisa avaliativa era concebida predominantemente como uma ferramenta de planejamento destinada a formuladores de políticas e a gerentes do mais alto escalão. No Brasil, a expansão da avaliação de políticas públicas é registrada a partir dos anos 1980, quando os movimentos sociais passaram a demandar políticas sociais universalizadas, como direito de cidadania. Nessa mesma época, aprofundou-se a crítica ao padrão de políticas sociais desenvolvido na América Latina e, especificamente, no Brasil.

Essas críticas referem-se, contundentemente, ao mau uso do dinheiro público e à desfocalização dos programas sociais em relação à população mais necessitada. A disseminação ainda se deve às exigências dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, os quais demandaram reforma dos programas sociais, pautada na focalização, descentralização e privatização. Nesse sentido, as instituições financiadoras incluíram a avaliação das políticas sociais como condição para seu financiamento, passando a exigir racionalidade do gasto público e do rendimento dos recursos aplicados. Desenvolveu-se então a avaliação com a finalidade de aferir a eficiência no uso dos recursos, bem como dimensionar o grau de eficácia com que os objetivos dos programas estavam sendo alcançados.

Do ponto de vista de Faria (2005), a avaliação de políticas públicas pode ser considerada uma atividade destinada a: (1) melhorar os resultados de uma ação cujo ciclo de vida se encerra; (2) fornecer elementos para o desenho de novas intervenções ou para o aprimoramento de políticas e programas em curso; (3) fazer parte da prestação de contas e da responsabilização dos agentes estatais. E, nesse contexto, destacam-se os stakeholders, que, segundo o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2002) e Silva (1999), são aquelas pessoas, grupos ou instituições envolvidos pela política e nela interessados, cuja influência é decisiva quanto ao sucesso do programa/projeto (atores sociais). Esses stakeholders estão divididos em grupos primários e secundários. Os grupos primários são aqueles mais afetados, seja positivamente (os beneficiários) seja negativamente (os realocados involuntariamente); os secundários são os intermediários envolvidos no processo de prestação de serviços.

Nessa perspectiva, o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2002) enfatiza o uso dos indicadores de desempenho para aferir os resultados obtidos, definindo esse termo como um número, percentagem ou razão que mede determinado aspecto do desempenho, com o objetivo de compará-lo às metas preestabelecidas. Diferencia, ainda, medidas de desempenho quando seus aspectos podem ser mensurados diretamente e quantificados facilmente e medidas de indicadores de

desempenho quando não é possível efetuar tais mensurações de forma direta. Embora sejam indiretas, considera-se que essas medidas podem fornecer uma boa visão do resultado a ser avaliado, esclarecendo que são meras aproximações da realidade.

Similarmente, Mourão (2004) define os indicadores como medidas explícitas e objetivamente verificáveis de mudanças induzidas ou de resultados. Seriam, pois, formas de “capturar” os resultados e também de conseguir transmiti-los. Enquanto os objetivos devem responder à pergunta “O que mudou?”; os indicadores devem responder à pergunta: “Como se sabe que mudou?” Além disso, a autora denomina indicadores duros, ou medidas duras, ou, ainda, números duros, os indicadores numéricos (ex.: percentual de inadimplência, Tabela 3) em relação aos indicadores perceptuais (ex.: escala de satisfação, Anexo A).

A esse respeito, a referida autora faz uma observação, relatando que indicadores perceptuais, coletados por meio da comunicação, são mais versáteis e econômicos e têm como vantagem a possibilidade de serem usados na maior parte das informações e dados necessários e como desvantagens: basearem-se em crenças. Nesse caso, dependem da visão que as pessoas têm do fato, da sinceridade, da memória e da boa vontade dos respondentes. Importante, também, é destacar os vieses que podem ser gerados em função da “desejabilidade social”, mediante a qual os pesquisados podem, conscientemente ou não, responder aquilo que acreditam que o pesquisador gostaria de ouvir, ou que é mais aceito naquela determinada cultura.

Os indicadores quase sempre são compostos de variáveis como custo, tempo, quantidade e qualidade. Nesse sentido, o desempenho na obtenção de determinado resultado pode ser medido considerando dimensões de análise tais como economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. De acordo com o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2002), para cada uma dessas dimensões, podem existir um ou mais indicadores.

Mourão (2004) acrescenta a essas dimensões critérios referenciais, tais como: a equidade, o impacto social, o custo-benefício, o custo-efetividade, a satisfação dos beneficiários, o acatamento das normas e das regras legais em sua implementação, entre outros. Essa autora considera que cada um desses critérios tem perguntas centrais a serem respondidas e requerem um enfoque diferente para a execução da investigação.

Além dos indicadores de uma pesquisa avaliativa, há outros conceitos a serem considerados. Na literatura, costuma-se distinguir a avaliação de políticas públicas/programas em termos de sua eficiência, eficácia e efetividade. Essa diferenciação é basicamente um recurso analítico destinado a separar aspectos marcantes dos objetivos e, por conseguinte, da abordagem, dos métodos e das técnicas de avaliação (ARRETCHE, 2001).

Esses três conceitos são indicadores estratégicos para a construção de um modelo de avaliação de programas, uma vez que possibilitam a identificação e a análise detalhada das diferentes etapas que envolvem os trabalhos de operacionalização de uma política pública. Assim, a compreensão desses conceitos é de suma importância.

Por avaliação de eficiência, entende-se um esforço empregado na implementação de determinada política e os resultados alcançados. A autora considera que a avaliação de eficiência é hoje, possivelmente, a mais necessária, a mais urgente de ser desenvolvida. Grande tem sido o esforço na sofisticação dos métodos de avaliação de eficiência nos últimos anos. Isso tem ocorrido em virtude de vários fatores, tais como o desperdício de recursos, a corrupção ou a incapacidade gerencial no âmbito das organizações estatais, os quais tornam-se grandes entraves à utilização de recursos públicos geridos para finalidades efetivamente sociais (ARRETCHE, 2001).

Belloni et al. (2001) assinalam que eficiência diz respeito à relação entre o previsto e o realizado, com a finalidade de combinar os insumos e implementos necessários à consecução dos resultados

visados. Referem-se à otimização dos recursos utilizados, funcionando como causa esclarecedora do resultado que se busca avaliar, além de ser um indicador de produtividade das ações desenvolvidas. Abrange método, metodologias, procedimentos, mecanismos e instrumentos utilizados para planejar, projetar, tratar objetos ou problemas, tendo em vista as diretrizes e determinados objetivos finalísticos.

Por avaliação de eficácia, Arretche (2001) entende a relação entre os objetivos e os instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos. A autora observa que essa avaliação pode ser feita, por exemplo, entre as metas propostas e as metas alcançadas pelo programa, ou entre os instrumentos previstos para sua implementação e aqueles efetivamente empregados.

Para Belloni et al. (2001), eficácia corresponde ao resultado de um processo, incluindo também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução de objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o plano, o programa ou o projeto originalmente proposto. Quando se trata de política pública, considera-se que eficácia não pode estar restrita tão somente à aferição de resultados parciais. Ela se expressa, também, pelo grau de qualidade do resultado atingido. Em síntese, para Varaschin et al. (2002), um projeto é considerado eficaz quando consegue realizar seus objetivos.

Esses conceitos correspondem aos de Ribeiro et al. (1998), que consideram eficiência a execução correta das atividades programadas e, eficácia a adequação das atividades e dos produtos para garantir o alcance do objetivo imediato do projeto, o que implica a verificação do grau de satisfação do público-alvo.

Por avaliação de efetividade, Arretche (2001) entende como a relação entre a implementação de determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança na qualidade de vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação. Nesse tipo de avaliação, a distinção entre avaliação e análise se torna mais clara e necessária em virtude da necessidade de

demonstrar que os resultados encontrados na realidade social estão causalmente relacionados àquela política particular e à necessidade de distinguir entre os produtos de uma política e seus resultados.

Para Belloni et al. (2001), a efetividade social refere-se às conseqüências da qualificação do trabalhador, em sua vida profissional e pessoal. Destaca-se, assim, a efetividade social como um critério de avaliação que procura dar conta dos resultados da política pública, tanto econômicos quanto sociais. Consideram, ainda, que a compreensão da efetividade social envolve indicadores de caráter macrossocial, nem sempre disponíveis quando se desenvolve avaliação de política pública, em especial quando os resultados de uma política podem ser manifestados a longo prazo, ou mediante indicadores difíceis de ser diretamente aferidos. A alternativa é combinar indicadores diretos e indiretos, uma vez que ganhos de renda ou de status, por exemplo, para um programa de educação, nem sempre expressam todo o impacto e as conseqüências do programa.

Ribeiro et al. (1998) consideram que a efetividade, em última instância, mede o impacto do projeto em relação ao seu objetivo superior. Isso significa dizer que um projeto será tanto mais efetivo quanto mais próximas estiverem suas atividades e produtos (ou metas) do objetivo superior. Consideram, ainda, que o esforço via projeto, e os seus conseqüentes produtos, são efetivos quando conduzem ao objetivo superior, produzindo impacto positivo. Resumidamente, para Varaschin et al. (2002), o resultado é aquilo que os projetos produzem, como desempenham o seu grau de eficiência.

Apesar de esses conceitos terem sido discutidos de forma isolada, há que considerá-los interligados, relacionados. Por exemplo, um programa voltado à reforma agrária pode ter sido eficiente em suas operações, eficaz no alcance de suas metas, como é o caso de se assentar certo número de pessoas em um determinado prazo; no entanto, não ter sido efetivo, por não ter alcançado êxito quanto aos resultados, à possibilidade de redução da pobreza, à melhoria de renda e da qualidade de vida, em um horizonte de tempo.

A avaliação de um programa social, basicamente, tem por finalidade determinar se o programa atingiu ou não os objetivos previstos. Em outras palavras, trata-se de comparar as dimensões relevantes em dois momentos do tempo, antes e depois da intervenção, para comprovar se esta provocou a mudança esperada. Todavia, mesmo que a mudança tenha acontecido na direção prevista, isso não garante automaticamente que ela seja causada pelo programa. Isso porque as dimensões consideradas não são estáticas, podendo receber influência de uma série de fatores. Assim, o importante é determinar a causa das mudanças. Por sua vez, se não houver mudanças, cabe também identificar a causa dessa estabilidade, pois pode acontecer que o programa tenha surtido efeito positivo, mas que foi anulado pela influência de outros elementos que nada têm a ver com o programa (CANO, 2004).

O autor segue argumentando que, na avaliação, procuram-se adjetivos que indiquem o tipo concreto de avaliação que estaria sendo realizado. Daí o estabelecimento da primeira distinção clássica entre a avaliação somativa e a formativa (SCRIVEN, 1996). Avaliação somativa é aplicada para verificar se o programa social surte efeito desejado ou não e avaliação formativa, no contexto de um programa em andamento, visando avaliar seu desenvolvimento e de que forma o programa pode ser melhorado. O primeiro tipo responde à pergunta: o programa cumpre seus objetivos? Já o segundo tipo responde à pergunta: como é possível melhorar o programa?

Scriven (1996) defende a dicotomia formativa/somativa como uma das razoáveis maneiras de classificar as atividades de avaliação. Ele argumenta que o contexto em última instância é que determina se as atividades são uma função formativa ou somativa, se um tipo de avaliação é mais importante que o outro. No campo da avaliação social, por exemplo, entre muitas outras, como no mundo do esporte, as avaliações somativas são o foco dos grandes eventos, como as Olimpíadas e a Copa do mundo. A importância relativa é, novamente, um assunto essencialmente de contexto, não de lógica ou de metodologia. Para Donaldson e Gooler (2003), enquanto a condução

de uma avaliação formativa é vista como desenvolvimentista, a da somativa é, às vezes, percebida como um julgamento, uma ação punitiva.

Relacionada a essa classificação, segundo Cano (2004), está a diferenciação entre avaliação interna e externa. A avaliação interna é desenvolvida por pessoas ou equipes que pertencem ao programa, enquanto a externa é conduzida por consultores ou instituições que não fazem parte desse programa e que são chamados especificamente com essa finalidade. As avaliações somativas são mais conhecidas como externas, e as formativas, em geral, internas.

Uma equipe externa terá maior isenção, maior distância em relação aos costumes e às normas da instituição, e não se verá constrangida por fazer críticas; seu trabalho termina juntamente com a avaliação e não depende necessariamente, como seria o caso do pessoal interno, do resultado dela. Ademais, uma equipe interna poderá conhecer melhor o programa, prestar maior ajuda com sugestões durante seu desenvolvimento e, provavelmente, enfrentará menor resistência por parte dos colegas quanto ao fornecimento de informação exaustiva e veraz.

Em outras palavras, tanto as pessoas que estão sob o impacto do programa, quanto aquelas que o operacionalizam, são avaliadores em potencial. No entanto, aquele(s) que consegue(m) levantar todas as informações do programa junto ao grupo envolvido com o programa, como é caso dos consultores, tornam-se os avaliadores de maior potencial.

Diante do exposto, objetivou-se neste estudo avaliar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com base na opinião de seus beneficiários dos Grupos A e B e tomando como referência a análise quantitativa dos dados.

O Grupo A de beneficiários do Pronaf é constituído por assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária cuja linha de crédito, de no

máximo R\$ 18.000,00, é destinada à estruturação de suas unidades produtivas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007).

O Grupo B de beneficiários do Pronaf é formado por agricultores familiares, descendentes de quilombolas, trabalhadores rurais, índios, ou pescadores com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil, cuja linha de microcrédito é destinada a investimentos de no máximo R\$ 1.500,00 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007).

Esses valores acima correspondem ao ano de 2007, enquanto os declarados no presente trabalho para o Grupo A = R\$ 15.000,00 e para o Grupo B = R\$ 1.000,00 são de 2005, época em que foram coletados os dados.

Enfatiza-se que as maiores diferenças entre esses dois grupos são aquelas relacionadas ao valor do financiamento, à condição fundiária e à política, em termos de organização de seus usuários. Eles têm em comum a característica de viverem e trabalharem na agricultura familiar, embora nem todos sejam agricultores familiares, pois muitos vêm do ambiente urbano, com e sem profissão definida. Além disso, o instrumental teórico da Psicologia Social, ainda pouco explorado no Brasil na área de avaliação de programas, muito tem a contribuir para essa análise, conforme se pretende mostrar com os estudos desenvolvidos.

## **Material e Métodos**

No que diz respeito ao contexto do Estudo Principal, foram seguidos os seguintes passos metodológicos:

### **Delineamento**

Utilizou-se um delineamento correlacional, com amostragem não-probabilística, por quotas. As duas quotas foram definidas de acordo com os seguintes critérios: uma delas refere-se aos assentamentos dos beneficiários do Grupo A e comunidades de produtores do Grupo B que residem no mesmo município, localizados na região mais próxima ao litoral (Agreste Paraibano). A outra quota é relativa aos assentamentos

e comunidades da região mais interiorana (Sertão Paraibano), excluindo-se os assentamentos e comunidades das mesorregiões Mata Paraibana e Borborema.

## Participantes

Participaram do estudo 400 beneficiários do Pronaf, sendo 200 assentados do Grupo A e 200 agricultores familiares do Grupo B, do Estado da Paraíba.

Em relação aos assentados, 91 % dos responsáveis pelo financiamento foram do sexo masculino e 9 % do sexo feminino; com idades variando entre 23 e 70 anos ( $M=46$ ,  $DP=11,99$ ); 52,5 % analfabetos, 43 % com ensino fundamental incompleto, 76,5 % com família de 1 a 7 filhos e 91,5 % com propriedade de 6 ha a 20 ha.

Em relação aos agricultores familiares, 58 % dos responsáveis foram do sexo masculino e 42 % do sexo feminino, com idades variando entre 20 e 84 anos ( $M=44$ ,  $DP=13,68$ ); 29,5 % analfabetos; 56 % com ensino fundamental incompleto; 90,5 % com família de 0 a 7 filhos; e 46 % com propriedade de 0 ha a 1 ha.

## Instrumento

O instrumento (Anexo A) foi elaborado com base nas crenças sobre o Pronaf dos técnicos da extensão rural, dos agentes financeiros, dos seus beneficiários e de informações provenientes de outras fontes documentais, identificadas durante o Estudo Preliminar. Além disso, o referido instrumento incluiu variáveis relacionadas a dados biodemográficos.

Nesse sentido, como indicadores perceptuais, três construtos serviram de eixo balizador para a presente avaliação, que, por sua vez, foram compostos dos seguintes fatores: (1) Implantação do Pronaf - Gestão do projeto/proposta; Adequação do projeto/proposta; Gestão da assistência técnica; Gestão do crédito e Adequação dos recursos liberados; (2) Produto da implantação - Adequação dos produtos aplicados; Influência do clima na gestão dos recursos; Consumo e venda de produto e Adequação do crédito; (3) Resultado do Pronaf - Qualidade de vida; Geração de emprego e renda; Gestão do projeto/proposta; Capacidade produtiva e Fixação no campo. Cada fator foi formado de diversos itens ou crenças/variáveis observáveis.

O critério utilizado para medir os itens foi o valor do escore dado na escala tipo Likert, variando de 1 a 7, com o ponto médio igual a 4. Com base nessa escala, a título de exemplo, foram realizadas medições, tais como:

Gestão do projeto/proposta – esse fator foi composto de sete itens com base em informações fornecidas por técnicos da extensão, Emater/João Pessoa, no que se refere ao roteiro de gestão dos projetos e propostas.

- 1 - Antes da elaboração do projeto/proposta, o técnico da extensão/projetista discutiu/ trocou idéias com o(a) Sr.(a) para fazer o projeto?
- 2 - Ainda, durante este contato, o técnico da extensão/projetista orientou o(a) Sr.(a) em relação aos documentos necessários para acompanhar o projeto/proposta?
- 3 - Também, antes da elaboração do projeto/proposta, o técnico da extensão/projetista explicou o tipo de animal ou, de máquina/ equipamento, que deveria escolher para comprar?
- 4 - Nessa mesma ocasião, o técnico da extensão/projetista também explicou as condições de pagamento?
- 5 - Depois da elaboração do projeto/proposta, o técnico da extensão/projetista, voltou, discutiu e fechou o projeto do(a) Sr.(a)?
- 6 - O técnico da extensão/projetista verificou os documentos e pediu ao Sr.(a) para assinar os documentos de acompanhamento do projeto/proposta?

## **Procedimentos**

A coleta de dados ocorreu em oito municípios da Paraíba: quatro na Mesorregião do Agreste (Santa Inês, Areia, Alagoinha e Salgado de São Félix) e quatro na Mesorregião do Sertão (Patos, Pombal, Jericó e Cajazeiras).

Para aumentar a precisão das respostas e minimizar o efeito da deselegibilidade social, antes de se iniciar a entrevista propriamente dita, foram efetuados os seguintes procedimentos:

- Apresentação do entrevistador.
- Apresentação dos objetivos da pesquisa.
- Detalhamento da forma de responder: cada item da escala foi reforçado, por exemplo, se o respondente dissesse que uma determinada situação correu de forma satisfatória, restava saber se ele tinha ficado *pouco satisfeito, mais ou menos satisfeito*, pois ainda poderia ser melhor, ou *totalmente satisfeito*, o que é uma situação máxima, não havendo jeito de ser melhor.
- Foco da entrevista: foi solicitado aos participantes que as respostas fossem dadas somente em função dos investimentos do Pronaf. Assim, o efeito de outros programas e benéficos não deveria ser considerado ou incluído nessa avaliação.
- Aspectos éticos: considerando-se que a pesquisa envolve seres humanos, os participantes foram informados a respeito de seus procedimentos, do anonimato da sua colaboração, da não-existência de resposta errada ou certa, bem como da confidencialidade de suas respostas.

Depois da coleta dos dados, foi gerado um banco de dados, utilizando-se do pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 11.5.

## **Análise dos dados**

Nesse estudo, o foco foi a análise quantitativa, com o predomínio de análises descritivas, seguidas das bivariadas e multivariadas: o teste *t* e a ANOVA fatorial para verificar a diferença entre os escores médios dos grupos estudados.

## **Resultados e Discussão**

Os resultados encontrados são apresentados e analisados com foco no perfil dos entrevistados dos Grupos A (assentado) e B (agricultor familiar) e no funcionamento do programa, numa abordagem uni, bi e multivariada.

## Perfil dos entrevistados (Grupos A e B)

### Perfil biodemográfico

Dos beneficiários que participaram desse estudo, em uma amostragem não-probabilística, 50 % pertencem ao Grupo A, com idade média de 46 anos (mínimo = 23 e máximo = 70; DP = 11,996), e 50 % ao Grupo B do Pronaf, com idade média de 44 anos (mínimo = 20 e máximo = 84; DP = 13,683), no Estado da Paraíba.

Nas Tabelas 1 e 2, são apresentados os dados biodemográficos referentes aos Grupos A e B, respectivamente.

**Tabela 1.** Dados biodemográficos dos respondentes do Grupo A (n = 200).

Variáveis	f	%	% acumulativo
<b>Sexo:</b>			
Masculino	182	91,0	-
Feminino	18	9,0	-
<b>Idade:</b>			
23 - 38	61	30,5	30,5
39 - 55	88	44	74,5
56 - 70	51	25,5	100,0
<b>Escolaridade:</b>			
Analfabeto	105	52,5	52,5
Ensino fundamental incompleto	86	43,0	95,5
Outras variáveis com baixa frequência <sup>(1)</sup>	9	4,5	100,0
<b>Tamanho da propriedade (ha):</b>			
De 6 a 12	90	45,0	45,0
De 13 a 20	93	46,5	91,5
De 21 a 30	17	8,5	100,0

Nota. Grupo A (assentados).

<sup>1</sup>(1) Ensino fundamental completo; (2) Ensino médio incompleto; (3) Ensino médio completo; (4) Ensino superior completo.

**Tabela 2.** Dados biodemográficos dos respondentes do Grupo B (n = 200).

Variáveis	f	%	% acumulativo
<b>Sexo:</b>			
Masculino	116	58	-
Feminino	84	42	-
<b>Idade:</b>			
20 - 38	78	39	39
39 - 56	84	42	81
57 - 84	38	19	100
<b>Escolaridade:</b>			
Analfabeto	59	29,5	29,5
Ensino fundamental incompleto	112	56,0	85,5
Ensino médio completo	14	7,0	92,5
Outras variáveis com baixa frequência <sup>(1)</sup>	15	7,5	100
<b>Tamanho da propriedade (ha):</b>			
Zero - explora terra a meia	74	37	37
0 < tamanho da propriedade < 1	18	9	46
De 1 a 5	58	29	75
De 6 a 12	32	16	91
Outras variáveis com baixa frequência <sup>(2)</sup>	18	9	100

Nota. Grupo B (Agricultores familiares).

<sup>1</sup> (1) Ensino fundamental completo; (2) Ensino médio incompleto; (3) Ensino superior completo.

<sup>2</sup> (1) De 13 a 20; (2) De 21 a 30; (3) > 30.

Pode-se observar que a maior parte dos beneficiários, em ambos os grupos, é do sexo masculino, sendo 91 % de homens no Grupo A e 58 % no Grupo B. Vale ressaltar a ocorrência de maior participação da mulher, como responsável pelo crédito, no Grupo B. Possivelmente, isso ocorre em razão do caráter objetivo da aplicação nessa linha de crédito, algo que leva o produtor a obter pequena renda a curto prazo (gado de leite, um *freezer*), bem como ao tipo de amostragem empregado nesse estudo.

Apesar de existir a possibilidade de a amostragem ter mascarado o número de homens e de mulheres que compõem a população-alvo, vale considerar, também, que o valor máximo de financiamento do Grupo B (R\$ 1.000,00) é de fácil acesso, aplicação e com poucas exigências. Para a mulher, que já trabalha não somente em atividades agropecuárias, mas também administra recursos de diferentes tipos de programas governamentais, como o bolsa-família, essa se torna uma oportunidade ímpar. Nesse contexto, registra-se o fato de que, na fase de coleta de dados, em visitas aos escritórios locais da Emater-PB, durante época de recebimento das propostas, a quantidade de mulheres que se apresentava era visivelmente superior ao número de homens.

A inserção da mulher à frente dos negócios agropecuários é, provavelmente, um fato recente e interessante de ser observado, uma vez que a mulher, pelos costumes mais antigos, sempre foi responsável pela administração do lar e pela educação dos filhos. No entanto, isso não afasta a idéia de que sempre esteve presente nos momentos mais delicados de tomada de decisão relacionados aos negócios estratégicos da família e na aplicação de pequenos recursos. Segundo Albuquerque (2002), pouco dinheiro na mão da mulher rende mais. Ela sabe gerir mais eficientemente menores quantidades de dinheiro.

Foi verificado que 74,5 % dos beneficiários do Grupo A encontram-se na faixa etária de 23 a 55 anos. No Grupo B, 81 % dos respondentes estão na faixa etária de 20 a 56 anos.

Nesses aspectos, os dois grupos são semelhantes. A maior parte das pessoas que constitui os Grupos A e B apresenta uma faixa de idade razoavelmente grande e boa do ponto de vista da produtividade, variando desde idades menores (20 anos), de pessoas mais abertas para inovações, até idades maiores (56 anos), de pessoas mais resistentes a mudanças, porém com mais vivência no campo. Em

ambos os perfis, constataram-se idades representativas do potencial de produção.

Em relação à escolaridade do Grupo A, 52,5 % são analfabetos, 43 % têm ensino fundamental incompleto e 4,5 % referentes a outras variáveis de menor freqüência. No Grupo B, 29,5 % são analfabetos, 56 % têm ensino fundamental incompleto, 7,0 % têm ensino médio completo e 7,5 % dizem respeito a outras variáveis de menor freqüência. É surpreendente a diferença entre os grupos, pois os entrevistados do Grupo A constituem quase o dobro de pessoas analfabetas, além de maior número de pessoas com o ensino fundamental incompleto.

Esses dados indicam menor potencial de utilização de determinadas tecnologias, serviços e informações estratégicas para seu negócio, como é o caso das situações relacionadas ao crédito. A compreensão das informações contratuais é essencial para a boa administração dos recursos obtidos, bem como para o retorno destes às instituições financiadoras. Além disso, essa situação é agravada pelo fato de os assentados formarem o grupo daqueles que tomam emprestado maior quantidade de recursos aos bancos oficiais para esse tipo de programa.

Em relação ao tamanho da propriedade (ha), enquanto 45 % dos respondentes do Grupo A afirmaram possuir de 6 ha a 12 ha; 46,5 %, de 13 ha a 20 ha e 8,5 %, de 21 ha a 30 ha. Entre os respondentes do Grupo B, 37 % relataram não possuir nenhuma, explorando terra à meia; 9 % afirmaram ter propriedade com menos de 1 ha; 29 % de 1 ha a 5 ha; 16 % de 6 ha a 12 ha e 9 % afirmaram ter mais de 12 ha.

Quando comparados sob esse aspecto, pode-se dizer que entre esses dois grupos a situação do Grupo B é mais complexa no que diz respeito à escolha de uma atividade produtiva que dependa de terra para explorar economicamente. A maior parte de seus integrantes

não dispõe de terra para trabalhar com atividades agropecuárias. Apesar disso, o microcrédito não se restringe às atividades agrícolas, mas, àquelas que geram renda em um curto prazo de tempo e, a um menor custo. No entanto, as atividades não agrícolas nem sempre são possíveis para eles, por causa, principalmente, das exigências de novas habilidades e de mercado. Aqui se encontra o primeiro desafio dessa política pública: como facilitar e promover o desenvolvimento socioeconômico desses agricultores que praticamente não possuem o principal insumo para tanto, ou seja, a terra.

### **Perfil creditício**

Na Tabela 3, é apresentada a situação dos entrevistados dos Grupos A e B em relação ao pagamento do crédito do Pronaf perante o banco.

É importante observar que, nesse caso, o percentual de situações perante o banco foi calculado considerando o total de situações referente a dois empréstimos ( $k_1 = 200$ ) e o total de situações referente a três empréstimos ( $k_2 = 300$ ).

No que concerne ao crédito investimento, para os respondentes do Grupo A, considerando que eles tiveram acesso ao financiamento por até duas vezes, observou-se que: dos 50 % da amostra ( $n = 100$ ) pertencente ao Agreste, entre as seis categorias identificadas, 0,0 % dos beneficiários refere-se à categoria *Pagou o financiamento* (quitação total da dívida); 4,3 % a *Pagando o financiamento*; 20,7 % a *Período de carência*; 0,0 % a *Renegociou*; 0,0 % a *Inadimplente*; e 25,0 % a *Não se aplica*, pois eles não tiveram acesso ao crédito investimento pela segunda vez. No restante da amostra ( $n = 100$ ) pertencente ao Sertão, 0,0 % refere-se à categoria *Pagou o financiamento*; 14,2 % a *Pagando o financiamento*; 17,0 % a *Período de carência*; 1,5 % a *Renegociou*; 0,8 % a *Inadimplente*; e 16,5 % a *Não se aplica*, pelo mesmo motivo apresentado anteriormente. Essa situação foi “mascarada” tendo em vista que quase todos os respondentes encontram-se, ainda, em *Período de carência*. Sugere-se, portanto, nova avaliação ao término do prazo de pagamento.

Em relação aos entrevistados do Grupo B, considerando que tiveram acesso ao crédito investimento por até três vezes, foram encontrados os seguintes resultados: dos 50 % da amostra (n = 100) pertencente ao Agreste, distribuída entre as seis categorias identificadas, 16,5 % dos beneficiários referem-se à categoria *Pagou o financiamento* (quitação total do crédito); 0,0 % a *Pagando o financiamento*; 7,8 % a *Período de carência*; 0,5 % a *Renegociou*; 0,5 % a *Inadimplente* e 24,7 % a *Não se aplica*, pois não receberam o segundo e (ou) terceiro financiamento. Do restante da amostra (n = 100) pertencente ao Sertão, 20,0 % referem-se à categoria *Pagou o financiamento*; 3,5 % a *Pagando o financiamento*; 4,7 % a *Período de carência*; 0,3 % a *Renegociou*; 0,3 % a *Inadimplente* e 21,2 % a *Não se aplica*, pelo mesmo motivo apresentado anteriormente.

Isso revela a rapidez com que o crédito é movimentado (saída e entrada de recursos) em comparação com os dados apresentados anteriormente pelo Grupo A. Evidentemente, os valores envolvidos nessas transações são desproporcionais, e o efeito dessa aplicação, em termos de resultado do programa, não estão aqui apresentados.

Chamou a atenção o fato de os entrevistados, de ambos os grupos, apresentarem baixos percentuais de inadimplência quando comparados com os percentuais apresentados pelo Banco do Nordeste do Brasil. Conforme Anexo B (Tabela 1), foi registrado, na Paraíba, para a Inadimplência da Carteira (Valor das parcelas em atraso/Saldo total das operações de crédito), a variação de 6,7 % para o Grupo A a 25,45 %, para o Grupo B. No que se refere às mesorregiões, verificou-se que a inadimplência média no Sertão (Pronaf A = 5,17 %; Pronaf B = 28,08 %) foi bem menor que no Agreste (Pronaf A = 10,93 %; Pronaf B = 56,19 %). Para a Inadimplência fora da Carência (Saldo das operações com parcelas em atraso > 14 dias + Prejuízos no ano/ Saldo total das operações de crédito fora da carência + Recebimentos no ano + Bônus no ano + Prejuízos no ano), o gradiente de 45,30 % para o Grupo B a 61,30 % para o Grupo A.

**Tabela 3.** Visão global, em termos de freqüência e percentual, da situação dos entrevistados dos Grupos A e B perante o banco, em relação ao crédito investimento e custeio vs. mesorregiões do Agreste e do Sertão.

Categorias de situações perante o banco	E	Mesorregião da Paraíba					
		..... Grupo A (n = 200) .....			..... Grupo B (n = 200).....		
		Agreste	Sertão	Total em $k_1$	Agreste	Sertão	Total em $k_2$
<b>Crédito investimento</b>							
Pagou o financiamento	f	0	0	0	99	120	219
	%	0,0	0,0	0,0	16,5	20,0	36,5
Pagando o financiamento	f	17	57	74	0	21	21
	%	4,3	14,2	18,5	0,0	3,5	3,5
Período de carência	f	83	68	151	47	28	75
	%	20,7	17,0	37,7	7,8	4,7	12,5
Renegociou	f	0	6	6	3	2	5
	%	0,0	1,5	1,5	0,5	0,3	0,8
Inadimplente	f	0	3	3	3	2	5
	%	0,0	0,8	0,8	0,5	0,3	0,8
Não se aplica	f	100	66	166	148	127	275
	%	25,0	16,5	41,5	24,7	21,2	45,9
Total de categorias	f	200	200	400	300	300	600
	%	50	50	100	50	50	100
<b>Crédito custeio</b>							
Pagou o financiamento	f	26	13	39	0	0	0
	%	6,5	3,3	9,8	0,0	0,0	0,0
Pagando o financiamento	f	0	3	3	0	0	0
	%	0,0	0,7	0,7	0,0	0,0	0,0
Período de carência	f	29	38	67	0	0	0
	%	7,2	9,5	16,7	0,0	0,0	0,0
Renegociou	f	15	4	19	0	0	0
	%	3,8	1,0	4,8	0,0	0,0	0,0
Inadimplente	f	7	18	25	0	0	0
	%	1,8	4,5	6,3	0,0	0,0	0,0
Não se aplica	f	123	124	247	0	0	0
	%	30,7	31,0	61,7	0,0	0,0	0,0
Total de categorias	f	200	200	400	0	0	0
	%	50	50	100	0,0	0,0	0,0

Nota. Grupo A (assentados) e Grupo B (agricultores familiares).

$K_1$  – corresponde a: total de situações (ex.: pagou o financiamento) de dois empréstimos.

$K_2$  – corresponde a: total de situações de três empréstimos.

Esses valores são similares aos identificados nos outros estados do Nordeste, no que diz respeito à Inadimplência da Carteira (de 4,47 % para o Grupo A, no Piauí, a 33,65 % para o Grupo B, em Sergipe) e à Inadimplência fora da carência (de 41,30 % para o Grupo B, no Rio Grande do Norte, a 83,90 % para o Grupo A, em Sergipe). No entanto, são diferentes dos valores verificados pelo banco nos municípios que serviram de base para a presente pesquisa (de 0,41 % para o Grupo A, em Patos, a 95,73 % para o Grupo B, em Salgado de São Félix). Dados sobre o percentual da Inadimplência fora da carência dos municípios da Paraíba não foram fornecidos.

Essa grande discrepância se deve, em parte, ao fato de a inadimplência encontrada na amostra ter sido avaliada de forma e em época diferentes. Para a determinação do percentual de inadimplência amostral, foram incluídos apenas os usuários devedores do banco, aqueles que estão fora da carência e não renegociaram a dívida. Para o cálculo do percentual da Inadimplência da carteira, efetuado pelo banco, foram considerados todos os beneficiários tomadores do empréstimo; para o cálculo da Inadimplência fora da carência, considerado como percentual real, foram computados apenas os beneficiários que não pagaram o crédito, isto é, aqueles que estavam fora do período de carência, inserindo, também, os que renegociaram e estavam com, pelo menos, uma parcela em atraso. Além disso, enquanto os dados amostrais foram coletados no segundo semestre de 2005 e início de 2006, os dados fornecidos pelo banco são de novembro de 2007.

Nessa perspectiva, a Inadimplência fora da carência será sempre maior que a Inadimplência da carteira, pois o denominador de sua equação será sempre menor. Além disso, esse é um dos problemas da amostragem não-probabilística, pois, nesse aspecto, a amostra não espelhou a realidade da população-alvo. Contudo, os valores do banco (indicadores duros) podem ser considerados bastante elevados e preocupantes para um programa que se propõe a viabilizar negócios e não a transferir renda a fundo perdido.

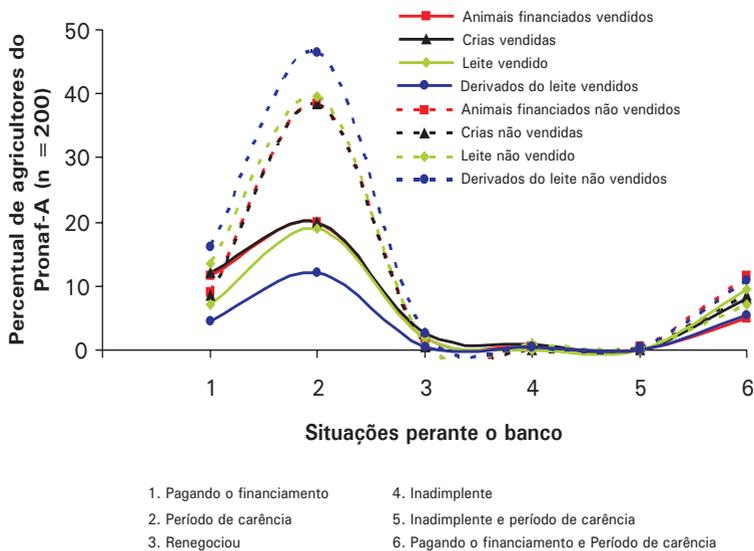
Antes de os gestores do programa tomarem decisões de cunho mais paliativo, como a renegociação da dívida, é necessário conversar com os beneficiários de forma sistemática e organizada para melhor compreender suas crenças. Pode-se, portanto, tomar como base, a TAP, para verificar os fatores psicossociais de maior predição do comportamento de pagar o crédito e, conseqüentemente, intervir de forma mais definitiva.

No que se refere à situação dos entrevistados perante o banco em relação ao primeiro e segundo custeio vs. mesorregiões (Tabela 3), foi verificado que dos 50 % da amostra (n = 200) pertencente ao Agreste, entre as seis categorias identificadas, 6,5 % dos beneficiários mencionam a categoria *Pagou o financiamento*; 0,0 % a *Pagando o financiamento*; 7,2 % a *Período de carência*; 3,8 % a *Renegociou*; 1,8 % a *Inadimplente*; e 30,7 % a *Não se aplica*, pois não receberam esse crédito. Do restante da amostra (n = 200) pertencente ao Sertão, 3,3 % referem-se à categoria *Pagou o financiamento*; 0,7 % a *Pagando o financiamento*; 9,5 % a *Período de carência*; 1,0 % a *Renegociou*; 4,5 % a *Inadimplente*; e 31,0 % a *Não se aplica*, pelo mesmo motivo anterior.

O percentual da inadimplência dos entrevistados no Sertão foi maior que no Agreste. Esses dados amostrais, quando comparados com os da população fornecidos pelo BNB, não refletem a realidade. Além disso, mostram a falta de representatividade da amostra.

Como forma de verificar o potencial de pagamento de ambos os perfis, Grupos A e B, procedeu-se, ainda, uma análise mais detalhada, em que foram cruzados dados relativos às situações dos respondentes perante o banco vs. produtos financiados que foram vendidos e não vendidos, para ambos os grupos estudados.

Na Fig. 1, como em uma fotografia, retrata-se o percentual de agricultores do Grupo A vs. seis situações perante o banco e em oito condições relacionadas à venda, ou não, de animais financiados e seus produtos. É apresentada, assim, uma visão mais completa dessa situação.



**Fig. 1.** Percentual de agricultores do Grupo A vs. seis situações perante o banco, em oito condições relacionadas aos animais (linhas contínuas e pontilhadas do gráfico).

Pode-se verificar que, para os usuários do Grupo A, das seis situações perante o banco, três delas focadas nos Animais financiados vendidos, nas Crias vendidas, no Leite vendido e nos Derivados do leite vendidos, representadas por linhas contínuas do gráfico, apresentam-se de forma distinta, abaixo das linhas pontilhadas dos produtos não vendidos, nas situações: Pagando o financiamento (1), Período de carência (2) e discretamente na categoria Pagando o financiamento e Período de carência (6). Isso significa que esses três perfis de agricultores são os que mais aproveitam os benefícios do crédito, inclusive agregando valor à produção, o que, conseqüentemente, torna-os beneficiários com maior potencial de pagamento.

Por sua vez, aqueles que se encontram nas situações: Renegociou (3), Inadimplente e na categoria Inadimplente e Período de carência (5) compõem os pequenos grupos de beneficiários com baixo potencial de aproveitamento e de pagamento do crédito, uma vez que eles pouco exploraram o potencial desse tipo de investimento. As categorias

Renegociou e Inadimplente referem-se aos beneficiários devedores ao banco, sendo que o primeiro tipo diz respeito àquele que regularizou sua situação, enquanto o segundo nada providenciou ainda. Para efeito de análise, estes serão considerados separadamente.

Grande ênfase tem sido dada à aquisição de gado de leite nos projetos e propostas de financiamento elaborados pelos projetistas da extensão. Esses dados parecem confirmar tal propósito, especialmente no caso do Pronaf A, em que todos os beneficiários possuem uma estrutura fundiária para explorar economicamente esse tipo de atividade, além, é claro, da mão-de-obra familiar.

Fica evidente que, para os indivíduos que entraram mais recentemente no programa, aqueles que estão em Período de carência são os que se apresentam em melhor condição de aproveitamento e pagamento do crédito, apesar de muitos já terem vendido os animais financiados (39 %). Vale lembrar que esses beneficiários, não obstante estarem investindo e produzindo, ainda não estão pagando o crédito. Portanto, uma “fotografia” do seu comportamento, focada na produção, não deixa de ser um bom indicador de possíveis ações futuras. Diversos tipos de investimento (treinamento, apoio ao fortalecimento das organizações, como a central de negócios), em leite e seus derivados, ainda são necessários para que os agricultores se desenvolvam mais, sem perder de vista, evidentemente, as demandas do mercado, tanto local (feira livre) quanto regional (mercado dos grandes centros urbanos).

Assim sendo, em um primeiro momento, pode-se dizer que esses dados refletem a importância da inclusão de animais de grande porte nos projetos, em especial, o gado de leite. Posteriormente, outras ações relacionadas à agregação de valores também deveriam ser estimuladas/orientadas pelo Pronaf, até mesmo em um esquema interligado com outros programas como o do leite. A sustentabilidade do sistema agropecuário no contexto familiar inclui não somente a agregação de valores, a diversificação da produção, seu escoamento e o mercado, mas também a assistência técnica como estratégia para o crescimento com qualidade.

Na Fig. 2, retrata-se o percentual de agricultores do Grupo B vs. onze situações perante o banco e em oito condições relacionadas à venda,

ou não, de animais financiados e seus produtos. Apresenta, pois, uma idéia mais exata da situação relativa ao pagamento do Pronaf.

No que diz respeito aos respondentes do Grupo B, pode-se observar onze situações perante o banco. Isso ocorre em razão da própria característica do microcrédito (valor, forma de pagamento, números de vezes que podem acessar esse crédito) e do menor controle de aplicação dos créditos em função do valor vs. o grande número de beneficiários.

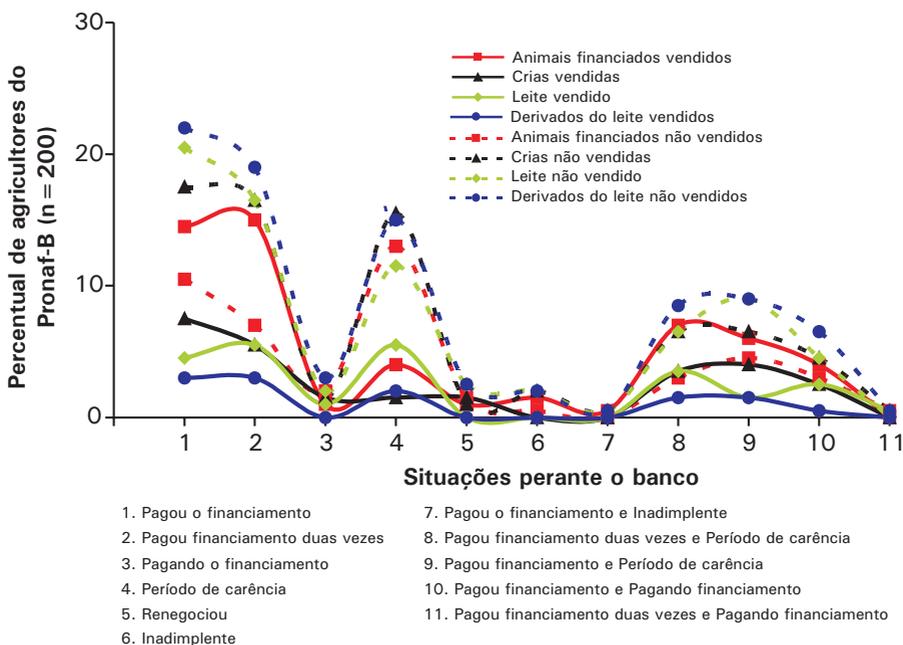


Fig. 2. Percentual de agricultores do Grupo B vs. onze situações perante o banco, em oito condições relacionadas aos animais (linhas contínuas e pontilhadas do gráfico).

Pode-se verificar que o percentual de agricultores que vendeu animais financiados ultrapassou o daqueles que não os vendeu em sete situações: *Pagou o financiamento* (1), *Pagou o financiamento 2 vezes* (2), *Inadimplente* (6), *Pagou o financiamento e Inadimplente* (7), *Pagou o financiamento 2 vezes e Período de carência* (8), *Pagou o financiamento e Período de carência* (9) e por fim, *Pagou*

*financiamento e Pagando financiamento* (10). Provavelmente, esses animais foram vendidos para que o agricultor pagasse o próprio financiamento ou por outro motivo. Nesse caso, perde-se a questão da sustentabilidade do sistema, uma vez que o agricultor reduz seu potencial de crescimento.

Nesse grupo, observou-se menor número de venda das crias desses animais. Além disso, as linhas do gráfico dos processos relacionados à venda ou não misturam-se. Isso significa que, dependendo da situação perante o banco, a venda ou não de crias não faz diferença.

A venda de leite e de seus derivados ocorre em quase todas as situações perante o banco, exceto em: *Pagando o financiamento* (3), *Renegociou* (5), *Inadimplente* (6), *Pagou o financiamento e inadimplente* (7) e por fim, *Pagou o financiamento 2 vezes e Pagando financiamento* (11). Nesse caso, aparece tanto o problema daqueles que não agregam valor à produção como o daqueles que não trabalham com essa atividade.

Fica evidente que os beneficiários nas situações: *Pagou o financiamento* (1), *Pagou financiamento 2 vezes* (2), *Período de carência* (4), *Pagou financiamento 2 vezes e Período de carência* (8) e por fim, *Pagou financiamento e Pagando financiamento* (10) são as que mais aproveitaram o crédito. Esses resultados são semelhantes aos encontrados no Grupo A. A diferença é que, nesse caso, o crescimento da produção e da agregação de valor esbarra na questão fundiária, problema grave do Grupo B.

Dessa forma, os dados parecem indicar a existência de uma relação entre as variáveis: *animais financiados que não foram vendidos* e *a venda de seus derivados/produtos*, como suas crias, o leite, o queijo, com o pagamento do crédito. Além disso, pode-se dizer que o controle da situação torna-se mais importante que a vontade do produtor, pois a geração de renda oriunda dos investimentos do programa parece ser a forma mais segura para o levantamento de recursos voltados ao pagamento do crédito. Dessa forma, uma pesquisa específica, focada nessa suposição, poderia levar a uma conclusão mais exata das informações identificadas neste rápido estudo descritivo.

## **Análise do funcionamento do programa Quanto à eficiência das operações/processos de implementação do Pronaf A e B no Estado da Paraíba**

Para facilitar a apresentação e a discussão dos resultados, torna-se importante lembrar que a escala do tipo *Likert* utilizada nas entrevistas estruturadas foi de sete pontos (1 – insatisfeito totalmente a 7 – satisfeito totalmente). Guardadas as devidas proporções, descreve-se o nível de aferição de satisfação em termos de percentual de eficiência, a saber: o ponto 1 equivale a 0,0 % (zero por cento); ponto 2 – 17,0 %; ponto 3 – 33,0 %; ponto 4 – 50,0 %; ponto 5 – 67,0 %; 6 – 83,0 % e ponto 7 – 100 % de eficiência. O ponto 0 (zero), referente à situação *Não se aplica*, também equivale a 0,0 % (zero) de eficiência.

A análise dos dados foi realizada considerando as variáveis observadas do instrumento de avaliação (Anexo A), apresentadas na forma de 79 itens. Para tanto, foi considerada a soma dos dados obtidos nas mesorregiões do Agreste e Sertão Paraibano. Foram encontrados os resultados descritos abaixo para os construtos: *Implantação do Pronaf*, *Produto da implantação* e *Resultado do Pronaf*.

### **Implantação do Pronaf**

Esse construto foi composto dos fatores: *Gestão do projeto/proposta*; *Adequação do projeto/proposta*; *Gestão da assistência técnica*; *Gestão do crédito* e *Adequação dos recursos liberados*.

Baseando-se nos dados de satisfação dos respondentes, apresenta-se uma “fotografia” do funcionamento do programa nessa fase de execução (Fig. 3), com o resumo das principais informações de interesse para os gestores e operadores do programa.

Pode-se observar que, em ambas as linhas de financiamento, ocorreu um grau de satisfação similar. Todavia, os respondentes do Grupo B ficaram mais satisfeitos no início do processo e a situação foi invertida quando o assunto se referiu aos recursos liberados. Essa situação já era esperada, pois a implementação do Pronaf B é mais simples,

rápida e realizada com menos controle, mesmo porque o número de beneficiários que o acessa é superior. Acrescenta-se ainda que, nesse contexto, o financiamento do Pronaf A foi de até R\$ 15.000,00, enquanto o do Pronaf B foi de R\$ 1.000,00, diferença essa que indubitavelmente afeta algum fator de composição do modelo de avaliação.

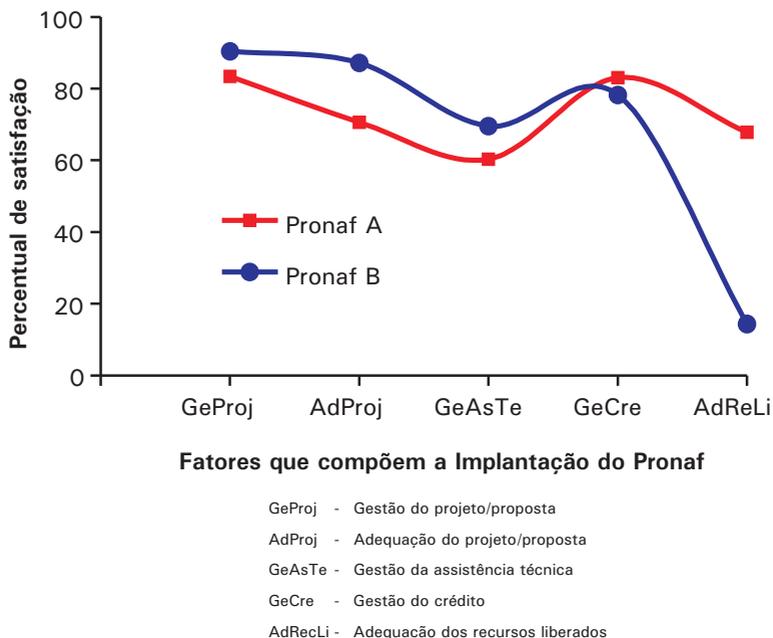
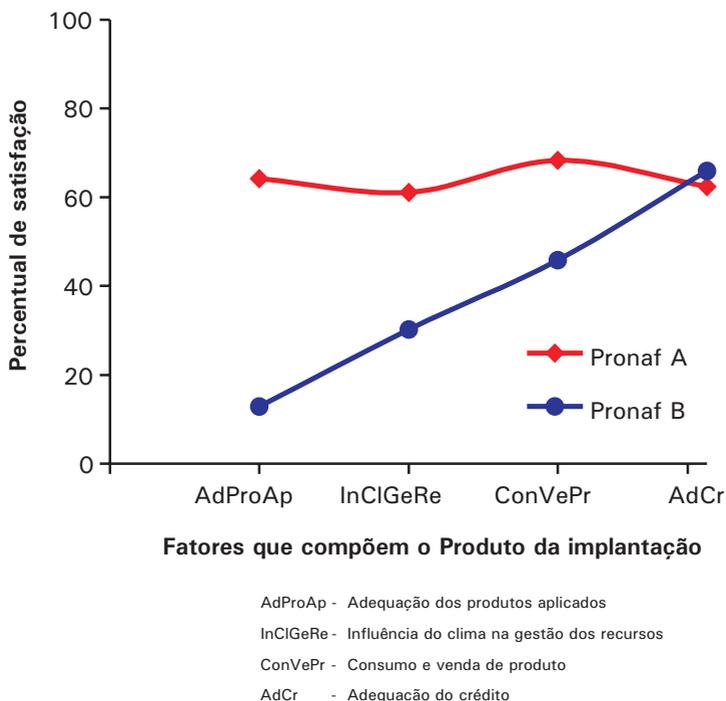


Fig. 3. Avaliação da satisfação dos beneficiários dos Grupos A e B durante a fase de Implantação do programa.

## Produto da implantação

Esse construto foi composto dos fatores: *Adequação dos produtos aplicados, Influência do clima na gestão dos recursos, Consumo e venda de produto e Adequação do crédito.*

Tomando-se novamente como base os dados discutidos anteriormente, apresenta-se, por meio de outra "fotografia", uma síntese da avaliação referente à essa etapa de funcionamento do programa (Fig. 4).



**Fig. 4.** Avaliação da satisfação dos beneficiários dos Grupos A e B durante a fase de Produto da implantação.

Pode-se verificar que o perfil de satisfação apresentou uma forma bastante diferenciada em relação à anterior. Enquanto os informantes do Grupo A apresentaram respostas com pouca variabilidade ao longo dos fatores pesquisados, praticamente em torno de uma reta horizontal, os do Grupo B apresentaram também um perfil de resposta linear, mas com uma inclinação acentuadamente positiva. Ao final, ambas as retas convergiram para um mesmo ponto ou fator. Isso indica a grande sensibilidade dos integrantes do Grupo B em relação às consequências das intervenções iniciais do programa.

Ressalta-se, também, que, nessa etapa, o valor de financiamento do Pronaf A, de até R\$ 15.000,00 e do Pronaf B, de até R\$ 1.000,00, torna-se um diferencial que, sem dúvida, tem de ser levado em conta na avaliação desses resultados.

## Resultado do Pronaf

Esse construto foi composto dos fatores: *Qualidade de vida; Geração de emprego e renda; Capacidade produtiva e Fixação no campo.*

Tendo, ainda, como referência os dados exaustivamente discutidos nesse tópico, um terceiro “retrato” do funcionamento do programa é apresentado por meio da Fig. 5.

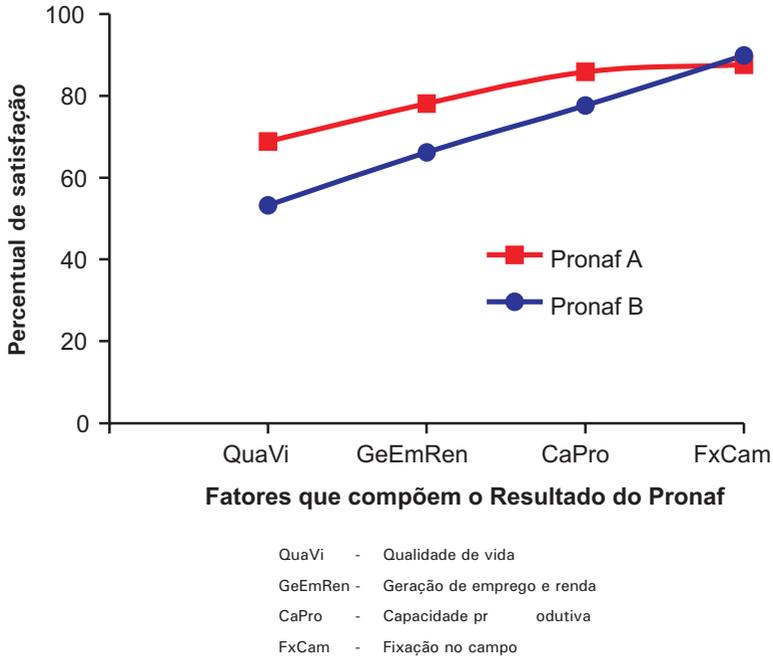


Fig. 5. Avaliação da satisfação dos beneficiários dos Grupos A e B durante a fase de Resultado do programa.

Pode-se observar que esses resultados parecem contraditórios em relação aos apresentados anteriormente (Fig. 3 e 4), pois considerando a grande diferença em termos de recursos aos quais os beneficiários do Pronaf podem ter acesso, esperava-se, para o Grupo B, valores de satisfação bem menores. A razão desse fenômeno se deve ao fato de que o pouco que os agricultores conseguem captar por meio do programa tem efeito mais rápido, direta e indiretamente, em diferentes tipos de necessidades, por exemplo, na alimentação.

Por conseguinte, pode-se verificar que os resultados do Pronaf são relativamente similares para ambos os grupos avaliados, mas com percentuais diferenciados entre os diversos fatores/objetivos propostos pelo programa. Os dados estão distribuídos em torno de uma reta com diferentes acíves, de modo a convergirem também para um mesmo ponto ou fator. Isso significa que o grau de satisfação de todos os entrevistados é o mesmo quando a questão é viver no campo.

Nessa etapa da avaliação, duas situações merecem ênfase: (1) a grande diferença do valor de financiamento do Pronaf A, de até R\$ 15.000,00 e do Pronaf B, de até R\$ 1.000,00; e (2) levando-se em conta o delineamento correlacional da presente pesquisa, o elevado percentual de respostas em relação ao fator FxCam. Este indica que ambos os grupos apresentaram respostas semelhantes, uma vez que já são moradores do ambiente agrário e, portanto, não é um resultado do programa.

Em uma visão geral, por meio da Fig. 6, são apresentadas informações dos três construtos que constituem o modelo de avaliação do Pronaf, *Implantação, Produto e Resultado*.

Pode-se dizer que o perfil da distribuição dos dados em ambos os grupos é relativamente semelhante, mas com maior gradiente de variação em torno da etapa de Produto da implantação. Esse resultado indica a necessidade de maior atenção, bem como ações de intervenção, incluindo acompanhamento dos gestores e operadores do programa para aumentar a eficiência dos processos e operações que envolvem essa fase de execução. Nesse contexto, a utilização de procedimentos visuais, com base no ponto de vista da satisfação dos beneficiários, bastante simplificados e de fácil compreensão, servem como fonte de referência para a avaliação de novas ações e mudança de rumo que, porventura, venham a ser implementadas.

Vale lembrar que o tipo de escala utilizada (nível de satisfação) possibilita a obtenção de respostas mais “bondosas”, principalmente, pelo fato de que o acesso a poucos recursos, para quem nada tinha, representa muito. Assim, torna-se necessário considerar os resultados finais com certa cautela, pois 30 % de beneficiários insatisfeitos com o resultado do Pronaf podem representar muito.

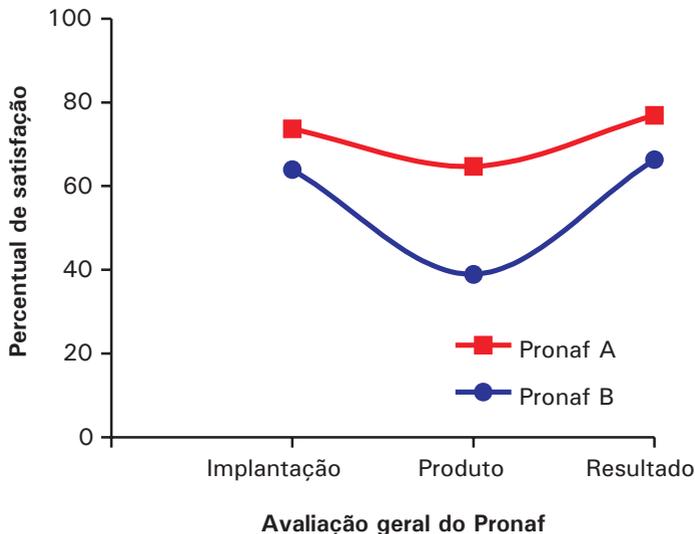


Fig. 6. Avaliação da satisfação dos beneficiários dos Grupos A e B durante as três fases de implementação do programa.

Na falta de um grupo de controle para comparação, como é o caso da presente pesquisa, a avaliação quanto à distinção entre o resultado do que realmente é proveniente do Pronaf e o que é efeito com base em outras fontes de recursos ou programas, como o bolsa-família, a aposentadoria, o benefício do INSS, muito comum entre os beneficiários do Pronaf fica impossibilitada de ser analisada. Para trabalhos futuros, sugere-se a inclusão de um grupo controle, em um delineamento quase-experimental, para melhorar a precisão desse tipo de avaliação. Além disso, há que se levar em conta a grande diferença do valor de financiamento do Pronaf A, de até R\$ 15.000,00, e do Pronaf B, de até R\$ 1.000,00, na avaliação desses resultados.

Feita a apresentação e a discussão da eficiência das operações/processos de implementação do Pronaf A e B, no Estado da Paraíba, no que diz respeito aos construtos: Implantação, Produto e Resultado do Pronaf, informações mais detalhadas, incluindo as diferenças regionais, serão apresentadas a seguir.

## Quanto às diferenças entre as variáveis Grupos (A e B) vs. mesorregiões (Agreste e Sertão Paraibano)

Tendo sido concluída a análise da eficiência relacionada ao efeito das variáveis observadas (79 itens) para os Grupos A e B, o estudo focalizou o efeito das variáveis Grupo A e B vs. mesorregiões.

Verificou-se, por conseguinte, diferenças significativas entre os escores médios de satisfação para os respondentes do Sertão e do Agreste Paraibano, tendo como base referencial as treze variáveis que compõe os construtos Implantação, Produto e Resultado, por exemplo, a Gestão do Projeto/proposta (Tabelas 4 e 5).

**Tabela 4.** Análise da influência das variáveis antecedentes Mesorregiões do Agreste e do Sertão Paraibano para o Grupo A.

Variável critério	Mesorregião	M	DP	t	p
Gestão do projeto/proposta	Agreste Paraibano	6,25	0,80	3,46	0,001
	Sertão Paraibano	5,81	0,97		
Adequação dos recursos liberados	Agreste Paraibano	5,23	0,95	2,85	0,005
	Sertão Paraibano	4,85	0,89		
Adequação dos produtos aplicados	Agreste Paraibano	4,70	0,95	-2,44	0,015
	Sertão Paraibano	5,02	0,86		
Influência do clima na gestão dos recursos	Agreste Paraibano	4,59	1,18	-3,39	0,001
	Sertão Paraibano	5,18	1,24		
Consumo e venda de produto	Agreste Paraibano	4,77	0,79	-3,12	0,002
	Sertão Paraibano	5,14	0,89		
Adequação do crédito	Agreste Paraibano	4,66	0,98	-3,55	0,000
	Sertão Paraibano	5,13	0,85		
Qualidade de vida	Agreste Paraibano	5,02	1,14	2,96	0,003
	Sertão Paraibano	4,44	1,58		
Geração de emprego e renda	Agreste Paraibano	5,43	0,82	-2,23	0,027
	Sertão Paraibano	5,71	0,97		
Fixação no campo	Agreste Paraibano	6,03	0,84	-4,76	0,000
	Sertão Paraibano	6,51	0,56		

Nota. Grupo A (assentados).

**Tabela 5.** Análise da influência das variáveis antecedentes Mesorregiões do Agreste e do Sertão Paraibano para o Grupo B.

Variável critério	Mesorregião	M	DP	t	p
Gestão do crédito	Agreste Paraibano	5,87	1,19	3,05	0,003
	Sertão Paraibano	5,28	1,51		
Adequação dos recursos liberados	Agreste Paraibano	0,90	0,31	-2,77	0,006
	Sertão Paraibano	1,09	0,60		
Adequação dos produtos aplicados	Agreste Paraibano	0,69	0,52	-5,20	0,000
	Sertão Paraibano	1,09	0,56		
Consumo e venda de produto	Agreste Paraibano	3,03	1,14	-3,67	0,000
	Sertão Paraibano	3,60	1,02		
Capacidade produtiva	Agreste Paraibano	5,14	1,35	-2,75	0,006
	Sertão Paraibano	5,63	1,12		
Fixação no campo	Agreste Paraibano	6,02	0,84	-5,62	0,000
	Sertão Paraibano	6,56	0,43		

Nota. Grupo B (agricultores familiares).

Verificou-se que os sertanejos ficaram mais satisfeitos com o Pronaf do que os respondentes do Agreste em relação a onze variáveis: Adequação dos recursos liberados (Grupo B); Adequação dos produtos aplicados (Grupos A e B); Influência do clima (Grupo A); Consumo e venda (Grupos A e B); Adequação do crédito (Grupo A); Geração de emprego e renda (Grupo A); Capacidade produtiva (Grupo B) e Fixação no campo (Grupo A e B); contra as quatro variáveis de maior satisfação dos informantes do Agreste: Gestão do projeto (Grupo A); Adequação dos recursos liberados (Grupo A); Gestão do crédito (Grupo B) e Qualidade de vida (Grupo A). No que diz respeito aos outros fatores (variáveis latentes), não houve diferença significativa entre os entrevistados do Sertão e do Agreste.

Considerando que grande parte da implementação desse programa é de responsabilidade da Emater-PB, esses dados levam a questionar se a sua atuação é a principal razão desse resultado. Em outras palavras, se seus técnicos, no Sertão, têm interagido com os agricultores de forma mais eficiente ou com mais influência.

Esses resultados também servem de base para a orientação de novas pesquisas, uma vez que é mais fácil o governo, por meio de seus gestores, implementar mudanças em nível institucional que promover mudanças comportamentais nos beneficiários.

Quanto à intenção de pagamento do crédito referente às variáveis Grupos (A e B) vs. mesorregiões (Sertão e Agreste Paraibano).

Além dos aspectos já analisados, em relação às estatísticas que compõem a avaliação do Pronaf, também é objeto deste estudo a intenção de pagamento do crédito. Para isso, buscou-se verificar, entre as mesorregiões do Agreste e do Sertão Paraibano, a diferença das intenções comportamentais entre os Grupos A e B, por meio da análise fatorial da variância (ANOVA fatorial), cujos resultados são apresentados na Tabela 6.

**Tabela 6.** Diferença entre os escores médios das variáveis Grupo e Mesorregião em relação à Intenção de pagamento do crédito.

Grupo	Mesorregião		Total
	Agreste Paraibano	Sertão Paraibano	
A (Assentado)	5,83	6,75	6,29
B (Agricultor familiar)	6,68	6,79	6,73
Total	6,25	6,77	-

Nota. Efeito de interação (Grupo x Mesorregião):  $F(3,400) = 20,73$ ;  $p = 0,000$ . Efeito principal (Grupo):  $F(1,400) = 25,03$ ;  $p = 0,000$ . Efeito principal (Mesorregião):  $F(1,400) = 33,53$ ;  $p = 0,000$ . (Escore obtidos da amostra geral: média = 6,51; desvio-padrão = 0,97; e, mínimo = 2 e máximo = 7 referentes à escala).

Verificou-se o efeito estatisticamente significativo da interação entre as variáveis antecedentes Grupo e Mesorregião [ $F(3,400) = 20,73$ ;  $p = 0,000$ ]. No que se refere ao efeito principal da variável Grupo [ $F(1,400) = 25,03$ ;  $p = 0,000$ ] relacionado à variável critério, percebeu-se que o Grupo B (Média = 6,73) apresentou maior escore médio que o Grupo A (Média = 6,29). Em relação ao efeito principal da variável Mesorregião [ $F(1,400) = 33,53$ ;  $p = 0,000$ ], observou-se que os indivíduos do Sertão Paraibano (Média = 6,77) têm maior

intenção de pagar o crédito do que os indivíduos do Agreste Paraibano (Média = 6,25).

Pode-se observar, por meio dos dados apresentados no tópico anterior, que os respondentes do Sertão apresentaram, significativamente, maior escore médio de satisfação com o Pronaf que os do Agreste, o que confirma os dados desse tópico, segundo os quais, em ambos os grupos do Sertão, os informantes apresentaram maior intenção de pagar o crédito. Corroborando esse resultado, pode-se observar, por meio de indicadores duros, conforme Tabela 2, que apesar da elevada ocorrência de inadimplência em ambas as mesorregiões, especialmente de beneficiários do Pronaf B, a inadimplência no Sertão (28,08 %) é bem inferior a apresentada no Agreste (56,19 %).

Esses resultados referem-se ao nível teórico da intenção comportamental, mas, e na prática, o que está acontecendo? Que comportamentos foram encontrados? Na Tabela 3, relativa ao perfil creditício, já apresentada no item 4, destacaram-se as situações perante o banco: para o crédito investimento, em relação ao Grupo A, os sertanejos apresentaram maior percentual da categoria Pagando o financiamento (4,3 % – Agreste a 14,2 % - Sertão) e, para o Grupo B, os sertanejos também superaram na situação comportamental Pagou o financiamento (16,5 % – Agreste a 20,0 % - Sertão). No que se refere ao crédito custeio, somente liberado para o Grupo A, os entrevistados do Agreste apresentaram maior percentual na categoria Pagou o financiamento (6,5 % – Agreste a 3,3 % - Sertão). Nessa modalidade de linha de crédito, observou-se maior percentual de inadimplência (1,8 % - Agreste a 4,5 % - Sertão) que a anterior (0,0 % – Agreste a 0,8 % - Sertão).

Considerando essas duas análises, pode-se dizer que os sertanejos apresentaram maior intenção comportamental e que esses dados parecem corroborar aos mostrados anteriormente (perfil creditício), de que os respondentes do Sertão encontram-se em maior vantagem no que se refere ao comportamento do pagamento de crédito. Em relação à linha de crédito custeio, a situação se inverte, ou seja, o sertanejo apresentou maior percentual de inadimplência.

Foi testado, também, à parte, se havia diferença no efeito das variáveis biodemográficas do tipo: sexo, idade e tamanho da propriedade em relação à intenção de pagamento do crédito. Verificou-se que nenhuma dessas variáveis apresentou diferença estatisticamente significativa. Quanto ao sexo, somente o Grupo B foi avaliado nesse aspecto por apresentar uma amostra razoavelmente dividida entre os dois sexos. No que diz respeito aos dados em geral, é provável que outras variáveis de cunho subjetivo, como as crenças dos beneficiários, sejam as prováveis influenciadoras da intenção de pagamento do crédito.

Apesar de esses dados terem sido baseados nas diferenças entre os grupos e as mesorregiões selecionadas no que diz respeito à intenção de pagamento de crédito, a causa desse comportamento, bem como os fatores que influenciam de forma incisiva o pagamento do crédito ainda não foram apresentados e discutidos. Vale lembrar que é objeto da presente pesquisa estudar mais detalhadamente, com base na Teoria da Ação Planejada, a intenção de pagamento do crédito, cujos resultados estão apresentados e discutidos mais adiante.

## **Conclusões**

O objetivo desta pesquisa foi avaliar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, considerando tanto medidas perceptuais baseadas na opinião de beneficiários dos Grupos A (assentados) e B (agricultores familiares de baixa renda) quanto indicadores duros fornecidos pelo banco. Nesse contexto, foram incluídos como objetos de estudo: os perfis biodemográfico e creditício; a eficiência com que os processos/operações de funcionamento são realizados; a diferença de implementação do Pronaf entre os Grupos A e B vs. mesorregiões do Sertão e Agreste Paraibano; e a diferença da intenção do pagamento de crédito entre os Grupos A e B vs. as duas mesorregiões.

Com base neste estudo, foram verificados os seguintes objetivos:

### **Perfil biodemográfico**

Entre os dados levantados, alguns merecem ser citados como forma de facilitar a visão geral deste objeto de estudo.

O perfil biodemográfico de ambos os grupos não favorece ações mais sofisticadas no que tange à implementação do Pronaf (uso de tecnologia e conhecimento). Vários fatores de perfil concorrem para isso, tais como:

A idade média encontrada pode ser considerada relativamente alta para ambos os grupos. Segundo Albuquerque e Mascareño (1999), os jovens são mais propensos às novas informações, apresentam mais receptividade às orientações técnicas que os mais velhos, o que faz com que esse fator deva ser privilegiado quando do acesso ao crédito. Quanto ao sexo, os homens dominam os financiamentos obtidos entre os integrantes do Grupo A, enquanto o oposto ocorre entre os participantes do Grupo B. Nesse caso, chama a atenção a grande demanda por parte das mulheres em relação à linha de micro-crédito. Do ponto de vista de Albuquerque (2002), as mulheres são mais confiáveis que os homens, desviam menos o dinheiro e lidam melhor com pequenas somas de recurso, o que parece bastante favorável não só para o programa, mas fundamentalmente para o desenvolvimento local.

Em relação à escolaridade, observou-se considerável percentual de analfabetos funcionais, sendo que o Grupo A contém muito mais pessoas com esse tipo de deficiência. Essa situação se agrava em virtude de o financiamento dessa linha de crédito envolver maiores quantias de recursos e, conseqüentemente, exigir estratégias mais complexas para a quitação de seu débito. O governo tem resolvido essa situação com medidas paliativas, isto é, por meio de renegociação.

Com respeito à questão fundiária, o Grupo B encontra-se em desvantagem. Nesse caso, o que se destaca é a dificuldade de se elaborar projetos de desenvolvimento que realmente viabilizem impactos mais amplos, tanto no meio familiar como no território. Vale lembrar a tónica mundial, principalmente na Índia, onde estão utilizando o microcrédito para atingir o maior número de pessoas possível e reduzir a pobreza. Assim, maiores investimentos deveriam ser dados a esse grupo em face do potencial de trabalho que apresentam.

Com base nesses dados, pode-se dizer que os integrantes do Grupo A não são mais os *sem-terra*, mesmo que eles ainda não sejam os verdadeiros donos dos lotes conquistados. Fica, agora, por resolver o caso dos verdadeiros *sem-terra*: os agricultores familiares do Grupo B.

### **Perfil creditício**

Nesse caso, chama a atenção a grande diferença entre os dois valores máximos de financiamento: um para o Grupo A, R\$ 15.000,00 e outro para o Grupo B, R\$ 1.000,00 (valores da época da entrevista). Grande parte dos recursos para o Grupo A é destinada à construção de infra-estruturas, à aquisição de máquinas, equipamentos e animais de pequeno, médio e grande porte, enquanto, para o Grupo B, é mais empregado em investimentos geradores de renda em curto prazo, principalmente, a aquisição de gado de leite.

Quanto à situação perante o banco, grande parte dos entrevistados do Grupo A (37,7 %), tanto em relação ao crédito investimento como o de custeio, encontra-se em período de carência. No Grupo B, que teve acesso somente ao crédito investimento, 36,5 % já pagaram o financiamento. O valor de 0,8 % de inadimplência e o de 0,8 % de renegociação desse grupo são relativamente baixos quando comparados com as demais situações. Verifica-se, portanto, com base nas informações amostrais, que problemas de ordem de quitação da dívida não são expressivos até o presente momento.

No entanto, com base nos indicadores duros do BNB, em relação ao percentual de inadimplência do Pronaf A e B, a realidade é inversa dessa. A esse respeito, pode-se dizer que, para reduzir o elevado percentual de inadimplência apresentado pelo referido banco, é recomendável a realização de debates e discussões em prol de uma solução para esse problema. Para isso, a avaliação de programa, um método específico para se estudar esse tipo de problema social, é indicada como uma das fontes para esse debate. Além disso, recomenda-se envolver, não só uma classe de profissionais, como a dos agrônomos, mas também outros grupos, como o dos psicólogos sociais, especialistas no estudo do comportamento humano. Entender as razões do comportamento de “pagar o crédito” demanda não só o olhar crítico dos técnicos e dos gestores, aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos com os beneficiários, mas também o saber conversar com esses interessados. A conversa, com certeza, deverá seguir o rigor científico para gerar informações que realmente sirvam para a tomada de decisões e mudança de rumo do programa.

Ainda, no que se refere à composição do perfil creditício, verificou-se que os agricultores familiares obtêm renda não somente dentro do contexto agropecuário em que estão inseridos, mas também de outros programas do governo, como o Fome zero, benefícios do INSS, trabalhos remunerados em instituições privadas e do governo e venda de mão-de-obra. Essa tentativa de obter renda de diferentes fontes, principalmente na exploração de diversas formas de trabalho (pluratividade), vai ao encontro do exposto por Maluf (2002) e Schneider (2003) quando mostram a busca pela sobrevivência nesse ambiente dos agricultores familiares e pelo desenvolvimento no meio rural.

### **Eficiência dos processos/operações de funcionamento**

- Para a verificação desse objetivo, três construtos básicos serviram de referência: a *Implantação do Pronaf*; o *Produto da implantação* e o *Resultado do Pronaf*. Por ter sido uma pesquisa eminentemente perceptual, realizada por meio de entrevista estruturada, verificou o que diz respeito a:

- *Implantação do Pronaf*: na opinião dos usuários, essa etapa de implementação do programa, apesar de ser estatisticamente diferenciada entre os grupos estudados e de ter sido avaliada com elevado percentual de satisfação/eficiência de execução, ainda pode ser melhorada em prol da garantia de sucesso dos investimentos aplicados. Portanto, não é uma etapa que traz grandes problemas de processo, exceto a questão da gestão da assistência técnica, que apresentou o menor percentual de satisfação. Novas estratégias de intervenção necessitam ser desenhadas e aplicadas.
- *Produto da implantação*: fica evidente a diferença significativa entre as variáveis que compõem esse estágio de implementação, exceto para a Adequação do crédito, em que ambos os grupos apresentaram opiniões equivalentes. Pode-se concluir que o ponto fraco do programa, na opinião dos entrevistados, encontra-se em fatores como a inadequação dos produtos aplicados. Muitas aplicações são inviáveis, não atingem as expectativas dos beneficiários. Isso pode estar inviabilizando a expansão dos negócios por causa do problema fundiário discutido anteriormente que, por sua vez, limita o valor do financiamento. O clima da região também é um dificultador a ser considerado, provavelmente, mais para as questões ligadas à agricultura que à pecuária e isso remete ao item anterior que se refere à baixa assistência técnica.
- *Resultado do Pronaf*: uma vez finalizada a fase de avaliação de processo, espera-se que o resultado tenha surtido efeito. Na presente pesquisa, técnicas como o emprego de grupo controle para separar o efeito do Pronaf de outros programas ou fontes de benefícios não foram utilizadas. Entretanto, durante as entrevistas, foi enfatizada para os entrevistados a necessidade de responderem às perguntas com foco exclusivamente no Pronaf e não misturar o que é fruto deste com o que é de outros programas. Talvez isso tenha sido a razão para ter havido boa variabilidade nas respostas.
- Essa etapa do programa, bastante considerada na maior parte dos trabalhos em avaliação de programa, apresentou, também, uma diferença estatisticamente significativa entre os Grupos A e

B, exceto no que diz respeito ao fator Fixação no campo. Isso já era esperado, uma vez que ambos os grupos possuem raízes no ambiente agrário.

- Verificou-se, também, que ambos os grupos ficaram bastante satisfeitos com seu resultado, mas deixando a desejar aos integrantes do Grupo B no tocante à qualidade de vida, o que também já era esperado. Os recursos não são, realmente, suficientes para alterar tanto assim a sua condição de vida. No entanto, o que mais chamou a atenção foi o fato de ambos os grupos apresentarem respostas pouco diferenciadas. Provavelmente, para ambos os grupos, o pouco que conseguem do governo já representa o muito que sempre desejaram.

### **Diferença de implementação do Pronaf entre os Grupos A e B vs. mesorregiões do Agreste e do Sertão e Paraibano**

- Levando-se em conta as diferenças regionais, verificou-se sucintamente, que, independente do grupo, os beneficiários do Sertão ficaram mais satisfeitos com o Pronaf que os do Agreste.
- Os resultados da pesquisa apontam para o fato de que um e outro Grupo, em ambas as mesorregiões, tiveram proveito significativo dos resultados do Pronaf para os seus diferentes interesses pessoais e profissionais. Por exemplo, com o lucro obtido dos negócios relacionados ao financiamento, vários beneficiários compraram uma moto. É uma etapa focada na avaliação de resultado e, portanto, pode-se observar que o fruto do trabalho até aqui dependia de ambas as partes, instituição governamental e agricultor, agora toma novo rumo, totalmente, dependente da vontade pessoal.
- Nesse contexto, aspectos de ordem cultural, de necessidades pessoais e profissionais se sobressaem na definição do aproveitamento dos benefícios concedidos, aplicados. Assim, a satisfação do beneficiário não depende tanto da quantidade de itens financiados, mas da importância, do retorno do produto adquirido para si e(ou) para a família. Se o animal ou o equipamento adquirido pelo Pronaf agora é fonte de renda, de integração à comunidade e(ou) de um novo status social, isso é o bastante para modificar totalmente sua

opinião a respeito do programa. Por conseguinte, imagina-se aquela agricultora que vivia em função dos afazeres domésticos, do próprio roçado e que, agora, expandiu seus negócios vendendo picolé, sorvete ou doces para a comunidade.

### **Diferença da intenção do pagamento de crédito entre os Grupos A e B vs. mesorregiões**

- Os informantes do Grupo B apresentaram maior escore médio de intenção de pagamento de crédito que os do Grupo A, mas tanto os informantes do Grupo A quanto os do Grupo B do Sertão apresentaram maior média de intenção comportamental que os do Agreste.
- Isso vai ao encontro dos resultados identificados no objetivo anterior, segundo os quais a maior parte dos respondentes do Sertão ficou mais satisfeita com o Pronaf que os participantes do Agreste.
- Esse resultado é corroborado pelos dados apresentados na Tabela 4 (Anexo B), em que verificou-se, também, em ambos os grupos estudados, que a inadimplência média no Sertão é bem menor que no Agreste.
- A intenção comportamental torna-se, portanto, um indicador por excelência para o prognóstico do comportamento-alvo. Nesse sentido, é considerado como uma variável equivalente, do ponto de vista teórico, à conduta humana. Entender as causas do comportamento é condição *sine qua non* para a organização e planejamento de um consistente plano de ação que, nesse caso, seria focado na redução do percentual de inadimplência.

### **Limitações**

- Foi realizado um estudo transversal em detrimento ao longitudinal em um sistema que se encontra constantemente em mudanças, como, por exemplo, em relação a alguns aspectos normativos, valores de financiamento, tipos de linha de crédito, entre outros.
- O tipo de pesquisa utilizada, com delineamento correlacional, gera implicações no tocante à avaliação do impacto ou resultado do

Pronaf, pois a maior parte dos usuários do Pronaf se beneficia de outros programas, como o bolsa-família, recursos provenientes da aposentadoria e de vínculos empregatícios regulares. Separar o efeito do Pronaf desses outros benefícios (terceiras variáveis) é uma tarefa árdua e quase impossível para realização da pesquisa.

- Não foi possível coletar os dados de forma aleatória e nem comparar os resultados da pesquisa sobre o pagamento do crédito com os da população registrada no banco, uma vez que o banco não disponibiliza esse tipo de informação por ter de assegurar o sigilo bancário.
- O instrumento desenvolvido, com aplicação do tipo face a face, considerando a escala de 7 pontos de satisfação, não apresentou problemas de compreensão por parte dos respondentes. Contudo, é bastante cansativo para o entrevistador, uma vez que os itens da escala levam muito tempo para serem ditos, além de serem repetitivos, o que torna a aplicação demasiadamente longa e cansativa também para o participante, fator limitante para sua utilização em uma amostragem maior.

## **Contribuições**

- A utilização, de forma integrada, de métodos qualitativos e quantitativos, com base em parâmetros psicossociais. Os dados qualitativos, coletados e analisados durante o Estudo Preliminar, ofereceram importante contribuição, durante o Estudo Principal, na definição das variáveis incluídas no modelo de avaliação do Pronaf. Dessa forma, a presente pesquisa contribui como um exemplo de como as abordagens qualitativas e quantitativas podem ser integradas em avaliação de programa.
- A elaboração de instrumentos para serem aplicados com ajuda é um avanço para a pesquisa com pessoas analfabetas funcionais, aquelas que somente assinam o nome, muito comuns no ambiente rural onde foi realizada a coleta de dados.

- A análise dos dados focada na satisfação dos beneficiários, na intenção de pagamento do crédito e confrontada com os dados de inadimplência do banco permitiu maior compreensão do problema de pesquisa, incluindo a facilitação do levantamento de novas hipóteses de trabalho/intervenções.

## **Recomendações**

Para o programa:

- Promover maior aproximação (seminários, por exemplo) entre os setores de pesquisa (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba – Emepa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e Universidade) e de extensão rural (Emater-PB), de tal forma que os conhecimentos e as tecnologias gerados no setor de pesquisa sejam disponibilizados para o pessoal da extensão, que, por sua vez, tem a oportunidade de orientar os beneficiários a respeito, por exemplo, da gestão dos recursos do programa, bem como retroalimentar os pesquisadores com informações sobre a problemática da agricultura familiar.
- O baixo nível de escolaridade identificado, encontrado e também comentado por Alves (2006), tem de ser compensado pela extensão rural pública, se necessário, em combinação com a do setor privado, como forma de contornar a falta de acesso à tecnologia e, especificamente no caso da Paraíba, ajudar a superar os riscos climáticos.
- Exigir que as normas de funcionamento do programa sejam divulgadas pelos operadores do programa (agentes da extensão e do banco) com maior intensidade e clareza para serem mais bem compreendidas pelos beneficiários.
- Promover maior integração dos projetos e propostas do Pronaf com outros programas governamentais, como o Programa do leite, que é coordenado pela Fundação de Ação Comunitária da Paraíba, com o objetivo de viabilizar a comercialização dos produtos.

- Apoiar ações voltadas ao fortalecimento de organizações de agricultores familiares (do tipo central de negócios), focadas na compra e na venda coletiva, com vistas à inserção no mercado, especialmente, no que diz respeito à cadeia produtiva do leite e de seus derivados, produtos privilegiados pelos beneficiários do Pronaf.
- Inserir e acompanhar os beneficiários, de forma individual e/ou coletiva, na cadeia de produção e de comercialização, utilizando-se de estratégias tais como: pesquisa de mercado, adoção de inovação tecnológica, formação de grupos de interesse e assistência técnica focada nas dificuldades e oportunidades tanto dentro quanto fora da “porteira”. Essas estratégias visam ampliar a percepção de controle dos agricultores familiares sobre as operações contratadas, sem dispensar aquelas relacionadas à comunicação persuasiva com foco no pagamento do crédito (anúncios em rádio, correspondências do banco).
- Conscientizar a população rural, por meio de divulgação e de discussões, da importância socioeconômica do Pronaf e do que representa um programa de transferência direta de renda em relação a um programa de negócio envolvendo o crédito bancário, de forma que a sociedade passe a valorizar o programa, denunciando atos de corrupção, como desvio de recursos e de finalidade, despertando assim mais zelo pelo bem público.
- Aumentar e melhorar o acompanhamento técnico e de fiscalização das atividades implantadas no campo por se encontrarem, ainda, em situação precária e incipiente. No caso do Pronaf B, por se tratar de uma linha de crédito com a operação de baixo volume de recursos, com grande número de pessoas envolvidas e nenhuma fiscalização, alguns desvios de finalidade foram encontrados, como, por exemplo, para o tratamento de saúde, compra de alimentos, aquisição de mobiliários e utensílios domésticos, empréstimos a terceiros. Isso remete a outras instâncias, como um sistema de saúde ineficiente.
- Criar um mecanismo de pesquisa, com foco em avaliação de programa, coordenado pelo MDA em parceria com os agentes financeiros/bancos, para estudar detalhadamente os problemas de operacionalização do Pronaf, de tal forma que os resultados possam

servir de base para os gestores e operadores do programa tomarem decisões mais consistentes em prol do êxito do programa.

### **Para os pesquisadores:**

- Desenvolver questionário de aplicação com ajuda considerando como principal recurso de medida a escala de 0 a 10, tipo Likert, semelhante à pontuação de uma prova escolar, uma vez que a maioria dos beneficiários do Pronaf é formada por pessoas analfabetas funcionais.
- Investigar até que ponto os beneficiários que agregam valor à produção e têm mercado para seus produtos pagam mais facilmente em dia o Pronaf do que aqueles que não praticam essa modalidade de negócio. Nesse sentido, seria interessante, também, investigar se variáveis como a venda de leite e seus derivados (queijo, doce, picolé), carne, peixe, mel influenciam diretamente o pagamento de crédito.
- Verificar qual tipo de projeto/proposta, incluindo a capacidade de pagamento, apresenta melhor resultado de retorno financeiro tanto para o agricultor familiar como para o banco, em termos de devolução de crédito.
- Estudar até que ponto ou em que condições (tipo de produto e de gestão, fixo ou móvel, localização) compensa o uso coletivo de animais (reprodutor), de máquinas (trator e implementos) e equipamentos (forrageira). De que forma esse uso é factível de ser administrado, evitando conflitos e insatisfações dos associados, sendo útil e eficiente na geração de renda.
- Investigar a forma mais indicada de funcionamento de organizações de agricultores familiares (do tipo central de negócios), com foco na organização da produção e comercialização.
- Ressalta-se que algumas dessas recomendações extrapolam os dados analisados e relatados no trabalho, uma vez que foram elaboradas também em função de informações transmitidas por gestores do programa, vivenciadas durante a coleta de dados ou obtidas em eventos relacionados ao Pronaf.

- Finalmente, o esforço empenhado até aqui compreende um passo inicial em relação ao que ainda falta conhecer em termos de avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Nessa caminhada, muitos esforços ainda devem ser empreendidos por parte de teóricos e pesquisadores da Psicologia Social. Isso porque pesquisas desse tipo são de relevância direta para o Pronaf e indireta para seus beneficiários, sendo também importantes para a Academia e a Embrapa.

## Agradecimento

Aos colegas da Secretaria Executiva Estadual do Pronaf da Paraíba, Antonio Carlos Ferreira de Melo, Marcos Fernandes Dutra Caldas, Ronaldo Fernandes de Lavor e Ivanilza Fernandes Macedo Cabral; da Emater-PB, Francisco Elias Ramos e do Banco do Nordeste do Brasil, Sandra Terto de Oliveira, pela atenção dispensada, participação e gentileza com que sempre abriram as portas de suas instituições para o nosso trabalho.

## Referências

- AMORIM, F. R. S. **O Banco do Nordeste e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003. Cartilha.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. de; MASCAREÑO, R. P. Considerações não-ortodoxas sobre as cooperativas e o cooperativismo. **Psicologia & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 23-41, 1999.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, 37-42, 2002.
- ALVES, E. **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias**: coletânea de artigos revistos. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
- ARRETICHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 29-49.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Crédito rural**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - 10. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsDenorMCR:idvDenorMCR>>. Acesso em: 17 maio 2007.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. de; SOUSA, L. C. de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v.75)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Apresentação: crédito rural**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=668>>. Acesso em: 16 nov. 2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Técnica de auditoria: indicadores de desempenho e mapa de produtos**. Brasília, DF: Coordenadoria de Fiscalização e Controle, 2000.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Técnicas de auditoria: análise stakeholder**. Brasília, DF: Coordenadoria de Fiscalização e Controle, 2002.

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. (Coleção FGV Prática).

DONALDSON, S. I.; GOOLER, L. E. Theory-driven evaluation in action: lessons from a \$20 million statewide work and health initiative. **Evaluation and program planning**, v. 26, p. 355-366, 2003.

FARIA, C. A. P de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005.

FERREIRA, C. R. C. Como o agricultor familiar pode conseguir e manter o financiamento rural e como se dá a relação com os bancos. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1137912740.doc>>. Acesso em: 16 maio 2007a.

FERREIRA, C. R. C. Como negociar e assegurar as garantias que serão dadas ao banco quando se necessita de um financiamento rural do Pronaf. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1137912741.doc>>. Acesso em: 16 maio 2007b.

FISHBEIN, M.; AJZEN, I. **Belief, attitude, intention and behavior: an introduction to theory and research**. Massachusetts: Addison-wesley publishing company, 1975.

GASKELL, G.; FRASER, C. The social psychological study of widespread beliefs. In: GASKELL, G.; FRASER, C. (Org.). **The social psychological study of widespread beliefs**. New York: Oxford University Press, 1990. p. 3-24.

IBGE. (1995). Censo Agropecuário de 1995-1996. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995\\_1996/brasil/tabela4brasil.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/brasil/tabela4brasil.shtm)>. Acesso em: 28 ago. 2007.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília, DF: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 301-328.

MOURÃO, L. **Avaliação de programas públicos de treinamento: um estudo sobre o impacto no trabalho e na geração de emprego**. 2004. 173f. Tese (Doutorado) – Instituto

de Psicologia, Universidade de Brasília, 2004.

RIBEIRO, R. P.; RIBEIRO, O. C.; VASCONCELOS, J. R. P.; GUIMARÃES, P. M. **Projetos de captação de recursos para organizações de P&D: conceitos, metodologias e informações básicas**. Brasília, DF: Embrapa – SSE, 1998.

ROKEACH, M. **Crenças, atitudes e valores: uma teoria de organização e mudança**. Rio de Janeiro: Interciência, 1981.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluratividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 maio 2004.

SCRIVEN, M. Types of evaluation and types of evaluator. **Evaluation practice**, v. 17, n. 2, p. 151-161, 1996.

SCRIVEN, M. Evaluation: future tense. **American Journal of Evaluation**, v. 22, n. 3, p. 301-307. 2001.

SILVA, P. L. B. (Coord.). **Modelo de avaliação de programas sociais prioritários: relatório final**. Campinas: UNICAMP/NEPP, 1999.

SILVA, M. O. da S. e. Avaliação de políticas e programas sociais e metodológicos. In: SILVA, M. O. da S. e. (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001. p.37-93.

VARASCHIN, V. M.; HEIDEN, F. C.; PAUL, J. M.; SILVA, J. C. M. **Avaliação do Pronaf: estrutura e serviços municipais**. Florianópolis: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, 2002.

## Referências Recomendadas

Considerando que esta publicação foi elaborada com base na tese do primeiro autor, para maior aprofundamento deste estudo, recomenda-se a leitura dos seguintes trabalhos extraídos da mesma fonte:

ROCHA, F. E. de C., ALBUQUERQUE, F. J. B. de, MARCELINO, M. Q. dos S., DIAS, M. R.; PINHEIRO, J. de Q. **Aplicação da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin em uma aproximação avaliativa do Pronaf-PB**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. (Embrapa Cerrados. Boletim de pesquisa e desenvolvimento, 201).

ROCHA, F. E. de C., ALBUQUERQUE, F. J. B. de, DIAS, M. R., COELHO, J. A. P. de M.; MARCELINO, M. Q. dos S. **Intenção de pagamento do crédito (Pronaf): uma aplicação da Teoria da Ação Planejada**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. (Embrapa Cerrados. Boletim de pesquisa e desenvolvimento, 202).

ROCHA, F. E. de C.; ALBUQUERQUE, F. J. B. De; TRÓCCOLI, B. T.; COELHO, J. A. P. de M.; MARCELINO, M. R. **Modelo de avaliação de programa:** uma referência para o monitoramento do Pronaf na Paraíba. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. (Embrapa Cerrados. Boletim de pesquisa e desenvolvimento, 203).

ROCHA, F. E. de C.; ALBUQUERQUE, F. J. B. de; COELHO, J. A. P. de M.; MARCELINO, M. Q. dos S. **Elaboração de instrumento de avaliação do Pronaf para agricultores com baixa escolaridade.** Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. (Embrapa Cerrados. Documentos, 210).

ROCHA, F. E. de C.; ALBUQUERQUE, F. J. B. de; MARCELINO, M. Q. dos S. **Avaliação de programa:** aspectos teóricos e metodológicos no contexto da agricultura familiar. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. (Embrapa Cerrados. Documentos, 211).

ROCHA, F. E. de C.; ALBUQUERQUE, F. J. B. de; MARCELINO, M. Q. dos S.; DIAS, M. R. **Aplicações da Teoria da Ação Planejada:** uma possibilidade para estudos comportamentais com agricultores familiares. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. (Embrapa Cerrados. Documentos, 212).

## ANEXO A<sup>1</sup>

### Roteiro de entrevista estruturada

Avaliação do Pronaf	
1. Entrevista n°: _____	2. Data: ___/___/_____
3 Grupo de enquadramento: _____	
Local:	4. Município: _____
	5. Comunidade: _____
6. Data de aquisição da terra/ criação do assentamento	____/____/_____
Número de vezes que conseguiu crédito:	7. Custeio: _____
	8. Investimento: _____

Liberação do crédito:

Ano de liberação:								
Investimento:								
9.	1°	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
10.	2°			2001	2002	2003	2004	2005
11.	3°					2003	2004	2005
Custeio:								
12.	1°	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
13.	2°		2000	2001	2002	2003	2004	2005
14.	3°			2001	2002	2003	2004	2005
Emprego:								

<sup>1</sup> Os anexos estão conforme original do autor.



<b>IMPLANTAÇÃO DO PRONAF</b>				
<b>1 - Gestão do projeto/proposta (GeProj)</b>				
I	Quem elaborou o projeto (Emater, particular, ONG): _____ Quem orientou o(a) Sr.(a)/comunidade durante a elaboração do projeto (Técnico da extensão rural, Associação, Banco, Sindicato): _____			
1.	Antes da elaboração do projeto/proposta, o Técnico da extensão/Projetista discutiu/trocou idéias com o(a) Sr.(a) para fazer o projeto? Em relação a essa discussão, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2	
			1	7
		I	±4	S
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7
2.	Ainda, durante este contato, o Técnico da extensão/Projetista orientou o(a) Sr.(a) em relação aos documentos necessários para acompanhar o projeto/proposta? (DAP; carta de anuência, cópias de documentos pessoais, inclusive do comprovante de votação) Em relação a essa orientação, o(a) Sr.(a) ficou: insat., ±, satisf? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2	
			1	7
		I	±4	S
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7
3.	Também, antes da elaboração do projeto/proposta, o Técnico da extensão/Projetista explicou o tipo de animal ou, de máquina/ equipamento, que deveria escolher para comprar? (características boas) Em relação a essas informações, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2	
			1	7
		I	±4	S
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7
4.	Nessa mesma ocasião, o Técnico da extensão/Projetista também explicou as condições de pagamento? (forma de pagamento, tempo de carência, abatimento, juros) Em relação a essas informações, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2	
			1	7
		I	±4	S
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7
5.	Depois da elaboração do projeto/proposta, o Técnico da extensão/Projetista, voltou, discutiu e fechou, o projeto do(a) Sr.(a)? Em relação a essa discussão/fechamento do projeto, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2	
			1	7
		I	±4	S
		+1	±2	-3
		-5	±6	+7

Continua...

<b>IMPLANTAÇÃO DO PRONAF</b>					
<b>1 - Gestão do projeto/proposta (GeProj)</b>					
6.	O Técnico da extensão/Projetista verificou os documentos e pediu o(a) Sr.(a) para assinar os documentos de acompanhamento do projeto/proposta?	1	2		
			1	7	
	Em relação a esse atendimento, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, $\pm$ , satisfeito?	1	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
O(a) Sr.(a) ficou um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	$\pm 6$	+7		
7.	O Técnico da extensão/Projetista encaminhou ao Banco o/a projeto/proposta e demais documentos do(a) Sr.(a)? (em termos de demora, feedback, número de idas ao projetista)	1	2		
			1	7	
	Em relação a esse encaminhamento/tramitação, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, $\pm$ , satisfeito?	1	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
O(a) Sr.(a) ficou um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	$\pm 6$	+7		
<b>2 - Adequação do projeto/proposta (Adproj)</b>					
II	Depois do projeto pronto, o(a) Sr.(a) viu/conheceu o projeto que o técnico da extensão rural elaborou para o(a) Sr.(a)?	1	2		
		1	2		
8.	O(A) Sr.(a) acha que o projeto atendeu aquilo que o(a) Sr.(a) queria fazer em sua propriedade?	1	2		
			1	7	
	Em relação a esse atendimento, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, $\pm$ , satisfeito?	1	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
O(a) Sr.(a) ficou um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	$\pm 6$	+7		
9.	O(A) Sr.(a) acha que o projeto acertou naquilo que serve para produzir, criar e vender na sua Região?	1	2		
			1	7	
	Em relação a esse atendimento, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, $\pm$ , satisfeito?	1	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
O(a) Sr.(a) ficou um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	$\pm 6$	+7		
10.	O(A) Sr.(a) acha que os recursos previstos no projeto foram insuficientes, $\pm$ , suficientes, para comprar o que foi planejado?	1	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
	O(a) Sr.(a) acha que foi um pouco, $\pm$ , totalmente, suficientes/ insuficientes?	-5	$\pm 6$	+7	

Continua...

<b>IMPLANTAÇÃO DO PRONAF</b>				
<b>2 - Adequação do projeto/proposta (Adproj)</b>				
11.	Em relação ao que foi planejado no projeto e o que foi executado na propriedade o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito?	1	±4	S
		+1	±2	-3
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7
12.	Em relação ao que foi planejado no projeto e o lucro que deu, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito?	1	±4	S
		+1	±2	-3
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7
<b>3 - Gestão da assistência técnica (GeAsTe)</b>				
13.	O Técnico da extensão/ Projetista deu assistência técnica ao(a) Sr.(a) durante a implantação do projeto? (compra de gado e de materiais de investimento, implantação de lavoura)	1	2	
			1	7
		1	±4	S
	Em relação a essa assistência, o(a) Sr.(a) ficou: insat, ±, satisf? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	±2	-3
		-5	±6	+7
14.	O Técnico da extensão/ Projetista deu/ tem dado assistência técnica ao(a) Sr.(a) durante o período de execução do projeto? (orientação técnica, acompanhamento do projeto/ proposta, com apoio junto ao Banco no caso de perdas)	1	2	
			1	7
		1	±4	S
	Em relação a essa assistência, o(a) Sr.(a) está: insat, ±, satisf? O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	±2	-3
		-5	±6	+7
15.	O(a) Sr.(a) participou de algum curso de capacitação rural, antes ou depois da implantação do projeto? Curso(s): _____ O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito com esse curso?	1	2	
			1	7
		1	±4	S
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	±2	-3
		-5	±6	+7
16.	O(A) Sr.(a) acha que pode seguir a orientação técnica/ do Técnico da extensão rural?	1	2	
			1	7
		1	±4	S
	O(A) Sr.(a) se sente inseguro, ±, seguro, com a orientação do Técnico da extensão ligado ao projeto/ proposta do(a) Sr.(a)? O(a) Sr.(a) se sente um pouco, ±, totalmente, seguro/ inseguro?	+1	±2	-3
		-5	±6	+7

Continua...

<b>IMPLANTAÇÃO DO PRONAF</b>					
<b>4 - Gestão do crédito (Gecre)</b>					
17.	Antes da elaboração do projeto/proposta, o(a) Sr.(a) participou de alguma reunião com o Pessoal do Banco para explicar o que é o Pronaf/crédito? O(A) Sr.(a) ficou insatisf., ±, satisfeito com a explicação deles? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		l	±4	S	
		+1	±2	-3	
		-5	±6	+7	
18.	Ainda nesta reunião, o Pessoal do Banco falou dos documentos que têm que ser providenciados para ter acesso ao crédito? (cadastro, orçamento dos materiais, doc. pessoais, DAP) O(A) Sr.(a) ficou insatisf., ±, satisfeito com essa explicação? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		l	±4	S	
		+1	±2	-3	
		-5	±6	+7	
19.	Também durante essa reunião, o Pessoal do Banco falou sobre incentivos financeiros (juros, rebate, prazo de pagamento), limite de crédito? O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito com essa explicação? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		l	±4	S	
		+1	±2	-3	
		-5	±6	+7	
20.	Depois de certo tempo, o Pessoal do Banco entrou em contato com o(a) Sr.(a), ou com sua associação, para assinar o contrato e liberar o crédito? O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito ±, satisfeito com esse atendimento? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		l	±4	S	
		+1	±2	-3	
		-5	±6	+7	
21.	O Pessoal do Banco já esteve em sua propriedade para conferir o material comprado? O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito com esse atendimento? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		l	±4	S	
		+1	±2	-3	
		-5	±6	+7	

Continua...

<b>IMPLANTAÇÃO DO PRONAF</b>					
<b>5 – Adequação dos recursos liberados (AdReLi)</b>					
22.	O(A) Sr.(a) financiou animal(is)? (gado, ovelha, cabra, porco, galinha, reprodutor)	1	2		
			0	1	7
	Em relação aos recursos para a compra desse(s) animal(is), o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito?	1	±4	S	
		+1	±2	-3	
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?				
	Sobrou? Investimento: _____	-5	±6	+7	
23.	O(A) Sr.(a) financiou máquinas e equipamentos? (máq forrag, motor, sist irrig, equip apicult, piscicult, carroça)	1	2		
			0	1	7
	Em relação aos recursos para a compra das máquinas e equipamentos, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito?	1	±4	S	
		+1	±2	-3	
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?				
	Sobrou? Investimento: _____	-5	±6	+7	
24.	O(A) Sr.(a) financiou cerca?	1	2		
			0	1	7
	Em relação aos recursos para a construção de cerca, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito?	1	±4	S	
		+1	±2	-3	
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?				
	Sobrou? Investimento: _____	-5	±6	+7	
25.	O(A) Sr.(a) financiou estrutura de abastecimento d'água? (construção ou reforma de cacimbão, açude/barreiro)	1	2		
			0	1	7
	Em relação aos recursos para a estrutura de abastecimento d'água, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito?	1	±4	S	
		+1	±2	-3	
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?				
	Sobrou? Investimento: _____	-5	±6	+7	
26.	O(A) Sr.(a) financiou formação de pastagem/ capineira? (capim forrageiro, capim de pisoteio, cana, palma)	1	2		
			0	1	7
	Em relação aos recursos para a formação de pastagem/ capineira, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito?	1	±4	S	
		+1	±2	-3	
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?				
	Sobrou? Investimento: _____	-5	±6	+7	

Continua...

<b>IMPLANTAÇÃO DO PRONAF</b>					
<b>5 – Adequação dos recursos liberados (AdRecli)</b>					
27.	O(A) Sr.(a) financiou alguma estrutura para os animais?(cocheira, aprisco, galpão, apiário - caixas de madeira)	1	2		
			0	1	7
	Em relação aos recursos destinados a estrutura para os animais, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito?	1	±4	S	
		+1	±2	-3	
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?				
	Sobrou? Investimento: _____	-5	±6	+7	
28.	O(A) Sr.(a) financiou agricultura? (arroz, feijão, milho, algodão, mandioca, amendoim, inhame, alface, tomate, cebola)	1	2		
			0	1	7
	Em relação aos recursos para esse plantio, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito?	1	±4	S	
		+1	±2	-3	
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?				
	Sobrou? Investimento: _____	-5	±6	+7	
29.	O(A) Sr.(a) financiou mais alguma coisa que não foi avaliado até agora? (ração, suinoc, frutic, avicul, apicul, psicult)	1	2		
			0	1	7
	Em relação aos recursos para essa aplicação/ compra, o(a) Sr.(a) ficou: insatisfeito, ±, satisfeito? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	±4	S	
		+1	±2	-3	
	Investimentos com as sobras do financiamento: _____	-5	±6	+7	

<b>PRODUTO DA IMPLANTAÇÃO</b>					
<b>1 – Adequação dos produtos aplicados (AdProAp)</b>					
30.	O(a) Sr.(a) adquiriu máquinas e equipamentos com recursos do Pronaf?	1	2		
			0	1	7
	Essas máquinas e equipamentos estão apoiando o(a) Sr.(a) em suas atividades?	1	±4	S	
		+1	±2	-3	
	O(a) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito, com esse apoio?				
	O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7	

Continua...

<b>PRODUTO DA IMPLANTAÇÃO</b>				
<b>1 – Adequação dos produtos aplicados (AdProAp)</b>				
31.	O(a) Sr.(a) construiu alguma estrutura para os animais com recursos do Pronaf?	1	2	
			0	1   7
	Essa estrutura está atendendo as necessidades de seus animais?	1	±4	S
	O(A) Sr.(a) está insatisf., ±, satisfeito, com esse atendimento?	+1	±2	-3
	O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7
32.	O(a) Sr.(a) construiu cerca com recursos do Pronaf?	1	2	
			0	1   7
	A cerca está atendendo a proteção em sua propriedade?	1	±4	S
	O(A) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito, com essa proteção?	+1	±2	-3
	O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7
33.	O(a) Sr.(a) construiu ou reformou alguma estrutura de abastecimento d'água com recursos do Pronaf?	1	2	
			0	1   7
	Essa estrutura está atendendo o abastecimento d'água?	1	±4	S
	O(A) Sr.(a) está insat., ±, satisfeito, com esse abastec. d'água?	+1	±2	-3
	O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7
34.	O(a) Sr.(a) adquiriu animal(is) fêmeas com recursos do Pronaf? (vaca, ovelha, cabra, porca, galinha)	1	2	
			0	1   7
	O(A) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito, com a produção/ reprodução de seus animais?	1	±4	S
		+1	±2	-3
	O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7
35.	O(a) Sr.(a) formou pasto/ capineira com recursos do Pronaf?	1	2	
			0	1   7
	O pasto/ capineira está atendendo as necessidades de seus animais?	1	±4	S
	O(A) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito, com o pasto/ capineira?	+1	±2	-3
	O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7
36.	O(a) Sr.(a) plantou lavoura/ roçado com recursos do Pronaf?	1	2	
			0	1   7
	O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito, com a produção dessa lavoura/ roçado?	1	±4	S
		+1	±2	-3
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7

Continua...

<b>PRODUTO DA IMPLANTAÇÃO</b>					
<b>1 – Adequação dos produtos aplicados (AdProAp)</b>					
37.	O(A) Sr.(a) adquiriu ou produziu mais alguma coisa que não foi avaliado até agora? (ração, suinoc, frutic, avic, apic, psic)	1	2		
			0	1	7
	Em relação ao atendimento/ aproveitamento dessa aquisição/ produção, o(a) Sr.(a) está: insatisfeito, ±, satisfeito?	l	±4 S		
	O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	±2	-3	
		-5	±6	+7	
<b>2 – Influência do clima na gestão dos recursos (InClGeRe)</b>					
38.	O(a) Sr.(a) plantou lavoura anual com recursos do Pronaf?	1	2		
	Em relação ao efeito do tempo/clima sobre essa lavoura, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito? (prejudicou ou não)		0	1	7
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	l	±4 S		
		+1	±2	-3	
		-5	±6	+7	
39.	O(a) Sr.(a) formou pasto/ capineira com recursos do Pronaf?	1	2		
	Em relação ao efeito do tempo/clima sobre o pasto/ capineira, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito? (prejudicou ou não)		0	1	7
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	l	±4 S		
		+1	±2	-3	
		-5	±6	+7	
40.	O(a) Sr.(a) comprou/conseguiu animais com recursos do Pronaf? (peixe pescado com equipamento financiado)	1	2		
	Em relação ao efeito do tempo/clima sobre a criação dos animais, o(a) Sr.(a) ficou insatisf, ±, satisf? (prejudic ou não)		0	1	7
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	l	±4 S		
		+1	±2	-3	
		-5	±6	+7	
41.	O(a) Sr.(a) financiou estrutura com recursos do Pronaf? (poço, barreiro, aviário, cocheira, aprisco, cerca)	1	2		
	Em relação ao efeito do tempo/clima sobre a estrutura financiada, o(a) Sr.(a) ficou insatisf, ±, satisf? (prejud ou não)		0	1	7
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	l	±4 S		
		+1	±2	-3	
		-5	±6	+7	

Continua...

<b>PRODUTO DA IMPLANTAÇÃO</b>							
<b>3 – Consumo e venda de produto (ConVePr)</b>							
42.	O(a) Sr.(a) financiou animal(is)? (Bovino) O(a) Sr.(a) vendeu algum(ns) do(s) animal(is) financiado(s)? (trocou) O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito, com essa venda? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2				
			0	1	7	S	
		±4					
		+1	±2	-3			
		-5	±6	+7			
43.	O(a) Sr.(a) vendeu alguma(s) cria(s) do(s) animal(is) financiado(s)? (trocou) O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito, com essa venda? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisfeito/ insatisfeito?	1	2				
			0	1	7	S	
		±4					
		+1	±2	-3			
		-5	±6	+7			
44.	O(a) Sr.(a) tem consumido leite do(s) animal(is) financiado(s)? (carne, mel, peixe pescado com equipamento financiado) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito, com esse consumo? O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2				
			0	1	7	S	
		±4					
		+1	±2	-3			
		-5	±6	+7			
45.	O(a) Sr.(a) tem vendido leite do(s) animal(is) financiado(s)? (carne, mel, peixe pescado com equipamento financiado) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito, com essa venda? O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2				
			0	1	7	S	
		±4					
		+1	±2	-3			
		-5	±6	+7			
46.	O(a) Sr.(a) tem consumido produtos derivados do leite do(s) animal(is) financiado(s)/ mel/ peixe pescado com equip financ? (qualhada, queijo, doce, bolo, manteiga)/(própolis, caipirinha, remédio, bolo, pão, salada, vitamina, geléia real)/(lingüiça) O(a) Sr.(a) está insatisf, ±, satisf, com esse consumo/aproveit? O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2				
			0	1	7	S	
		±4					
		+1	±2	-3			
		-5	±6	+7			

Continua...

<b>PRODUTO DA IMPLANTAÇÃO</b>					
<b>3 – Consumo e venda de produto (ConVePr)</b>					
47.	O(a) Sr.(a) tem vendido do(s) produtos derivados do leite do(s) animal(is) financiado(s)/ mel/ peixe pescado com equip financ?	1	2		
			0	1	7
	(queijo, bolo, doce, dimdim)/ (própolis, cera)/(lingüiça, almôndega, farinha de peixe, pele de peixe)	l	±4	S	
		+1	±2	-3	
	O(a) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito, com essa venda?	-5	±6	+7	
48.	O(a) Sr.(a) tem consumido os produtos agrícolas financiados? (arroz, feijão, milho, mandioca, inhame)	1	2		
			0	1	7
	O(a) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito, com esse consumo?	l	±4	S	
		+1	±2	-3	
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7	
49.	O(a) Sr.(a) tem vendido desses produtos agrícolas financiados?	1	2		
			0	1	7
	O(a) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito, com essa venda?	l	±4	S	
		+1	±2	-3	
	O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7	
50.	O(a) Sr.(a) tem vendido ou consumido mais algum produto agropecuário, ainda não citado, mas que foi financiado?	1	2		
			0	1	7
	O que o(a) Sr.(a) vendeu ou consumiu e que ainda não foi citado? (Ovino, caprino, ave, cana) _____	l	±4	S	
		+1	±2	-3	
	Em relação à venda ou consumo desse produto, o(a) Sr.(a) está insatisfeito, ±, satisfeito?	-5	±6	+7	
	O(a) Sr.(a) está um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?				
<b>4 – Adequação do crédito (AdCr)</b>					
51.	O(A) Sr.(a) ficou insatisf., ±, satisf., com o limite de crédito que o(a) Sr.(a) podia pegar? No seu caso o limite foi de ____!	l	±4	S	
		+1	±2	-3	
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7	

Continua...

<b>PRODUTO DA IMPLANTAÇÃO</b>				
<b>4 – Adequação do crédito (AdCr)</b>				
52.	O dinheiro para o investimento saiu na época certa/ esperada?	1 (7)	2	
	Em relação à desvalorização do dinheiro na época de compra dos investimentos o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito? (prejudicou ou não)	I	±4	S
		+1	±2	-3
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7
53.	O(A) Sr.(a) tirou crédito para o custeio?	1	2 (0)	
	O dinheiro para o(s) custeio(s) saiu(ram) na época certa/ esperada?	1 (7)	2	
	Em relação à produção da lavoura financiada devido à época de liberação do crédito, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito? (prejudicou ou não)	I	±4	S
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	±2	-3
54.	O(A) Sr.(a) já pagou alguma parcela ou quitou o financiamento? (pagamento antecipado de juro)	1	2	
			1	7
	O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito com o desconto, na hora de pagar o crédito?	I	±4	S
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	±2	-3
55.	Em relação ao prazo de pagamento/ vencimento do crédito, o(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito?	I	±4	S
		+1	±2	-3
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	-5	±6	+7
56.	O(A) Sr.(a) já precisou renegociar o financiamento? (renegociar antecipadamente a parcela)	1	2	
			1	7
	O(A) Sr.(a) ficou insatisfeito, ±, satisfeito com a renegociação do crédito financiado?	I	±4	S
	O(a) Sr.(a) ficou um pouco, ±, totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	±2	-3
		-5	±6	+7

<b>RESULTADO DO PRONAF</b>					
<b>1 - Qualidade de vida (QuaVi)</b>					
57.	Os investimentos do Pronaf melhoraram a vida do(a) Sr.(a) e sua família em relação a alimentação?  (leite, qualhada, mandioca, inhame, feijão, carne, fruta) O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		I	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
		-5	$\pm 6$	+7	
58.	Os investimentos do Pronaf melhoraram a vida do(a) Sr.(a) e de sua família em relação ao acesso d'água?  O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		I	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
		-5	$\pm 6$	+7	
59.	Os investimentos do Pronaf melhoraram a vida do(a) Sr.(a) e de sua família em relação a moradia? (construção/reforma/ reparo da casa)  O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		I	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
		-5	$\pm 6$	+7	
60.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) e sua família comprar roupa, calçado?  O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		I	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
		-5	$\pm 6$	+7	
61.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) e sua família comprar remédio, ou fazer exame médico?  O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		I	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
		-5	$\pm 6$	+7	

Continua...

<b>RESULTADO DO PRONAF</b>					
<b>1 - Qualidade de vida (QuaVi)</b>					
62.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) e sua família ter acesso a meios de transporte? (compra de passagem, moto, carro ou combustível) O(a) Sr.(a) ficou insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		l	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
63.	Os investimentos do Pronaf possibilita(ou) o(a) Sr.(a) ajudar financeiramente seus familiares/filhos? (compra de material escolar, brinquedo, dinheiro para lazer) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		l	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
64.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) e sua família melhorar a renda em determinada época do ano? (na safra, quando vende o gado) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		l	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
65.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) conseguir um dinheirinho/uma renda pequenininha, de vez em quando? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		l	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
66.	Os investimentos do Pronaf melhoraram a renda do(a) Sr.(a) por estar consumindo sem precisar comprar alguns produtos? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		l	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
67.	Os investimentos do Pronaf deram/trouxeram para o(a) Sr.(a) uma nova oportunidade de trabalho? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		l	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
		-5	$\pm 6$	+7	

Continua...

<b>RESULTADO DO PRONAF</b>				
<b>2 – Geração de emprego e renda (GeEmRen)</b>				
68.	Os investimentos do Pronaf estão gerando mais serviço/luta de trabalho para o(a) Sr.(a)?	1	2	
			1	7
	O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com esse resultado?	1	$\pm 4$	S
	O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	$\pm 2$	-3
		-5	$\pm 6$	+7
69.	Os investimentos do Pronaf ajudaram sua família trabalhar na propriedade?	1	2	
			1	7
	O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda?	1	$\pm 4$	S
	O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	$\pm 2$	-3
		-5	$\pm 6$	+7
70.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o Sr.(a) pagar um trabalhador de fora? (manejo do gado, construção de cerca)	1	2	
			1	7
	O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda?	1	$\pm 4$	S
	O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	$\pm 2$	-3
		-5	$\pm 6$	+7
71.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) ou, sua família, a trabalhar fora da propriedade? (prestar serviço, dar dinheiro para o filho trabalhar fora)	1	2	
			1	7
	O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda?	1	$\pm 4$	S
	O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	$\pm 2$	-3
		-5	$\pm 6$	+7
<b>3 - Capacidade produtiva (CaPro)</b>				
72.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) a produzir mais?	1	2	
			1	7
	O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda?	1	$\pm 4$	S
	O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	$\pm 2$	-3
		-5	$\pm 6$	+7
73.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) a trabalhar/ produzir com mais apoio? (infra-estrutura, invest., custeio)	1	2	
			1	7
	O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda?	1	$\pm 4$	S
	O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	+1	$\pm 2$	-3
		-5	$\pm 6$	+7

Continua...

<b>RESULTADO DO PRONAF</b>					
<b>3 - Capacidade produtiva (CaPro)</b>					
74.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) a trabalhar/ produzir com mais qualidade/ mais perfeição? (exige mais cuidado, mais atenção. Ex.: vacinação, alimentação) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		I	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
		-5	$\pm 6$	+7	
75.	Os investimentos do Pronaf ajudaram o(a) Sr.(a) a conseguir outros meios de trabalho para produzir? (uma ferramenta nova de trabalho, moto) O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com essa ajuda? O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		I	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
		-5	$\pm 6$	+7	
<b>4 - Fixação no campo (FxCam)</b>					
76.	O(A) Sr.(a) acha que o Pronaf é bom para o progresso do(a) Sr.(a) no campo? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com o progresso? O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		I	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
		-5	$\pm 6$	+7	
77.	O(A) Sr.(a) acha que o Pronaf deu resultado para o(a) Sr.(a)? O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito com esse resultado? O(a) Sr.(a) ficou um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	1	2		
			1	7	
		I	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
		-5	$\pm 6$	+7	
78.	O(a) Sr.(a) acha que o Pronaf é ruim, $\pm$ , bom para o(a) Sr.(a) ficar no campo? O(a) Sr.(a) acha que o Pronaf é um pouco, $\pm$ , totalmente bom/ ruim?	R	$\pm 4$	B	
		+1	$\pm 2$	-3	
		-5	$\pm 6$	+7	
79.	O(a) Sr.(a) está insatisfeito, $\pm$ , satisfeito em viver no campo? O(a) Sr.(a) está um pouco, $\pm$ , totalmente, satisf./insatisfeito?	I	$\pm 4$	S	
		+1	$\pm 2$	-3	
		-5	$\pm 6$	+7	

## **DADOS BIODEMOGRÁFICOS E FINANCEIROS**

33. IDADE (anos): \_\_\_\_\_

34. ESCOLARIDADE: \_\_\_\_\_

35. SEXO: \_\_\_\_\_

36. ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

37. RELIGIÃO: \_\_\_\_\_

38. PRÁTICA RELIGIOSA: \_\_\_\_\_

39. NÚMERO DE FILHOS: \_\_\_\_\_

40. FILHOS ESTUDANDO/JÁ ESTUDARAM: \_\_\_\_\_

41. TAMANHO DA PROPRIEDADE (ha): \_\_\_\_\_

42. FONTE DE RENDA:

43. RESPONSÁVEL DO CRÉDITO: \_\_\_\_\_

44. CÔNJUGE: \_\_\_\_\_

45. FILHO(S): \_\_\_\_\_

46. ESTRATÉGIA/SAÍDA PARA SOBREVIVÊNCIA DURANTE O PERÍODO DE ENTRESSAFRA/PERÍODO DE SECA: \_\_\_\_\_

## ANEXO B

**Tabela 1.** Inadimplência dos Grupos A e B discriminada por Estado do Nordeste e Município participante da pesquisa na Paraíba (posição de setembro/2007).

Local	Grupo	Inadimplência da Carteira <sup>1</sup> (%)	Inadimplência fora da Carência <sup>2</sup> (%)
<b>Estados do Nordeste</b>			
Paraíba	A	6,70	61,30
	B	25,45	45,3
Alagoas	A	10,23	77,60
	B	19,83	41,40
Bahia	A	9,40	69,00
	B	23,19	42,90
Ceará	A	6,13	49,10
	B	20,24	38,60
Maranhão	A	1,55	52,60
	B	23,95	43,7
Pernambuco	A	11,63	82,10
	B	29,57	50,30
Piauí	A	4,47	71,80
	B	24,23	47,30
Rio Grande do Norte	A	5,94	65,60
	B	22,20	41,30
Sergipe	A	8,95	83,90
	B	33,65	54,70
<b>Municípios participantes da pesquisa</b>			
<b>Mesorregião do Agreste Paraibano</b>			
Local	Grupo	Inadimplência da Carteira <sup>1</sup> (%)	Inadimplência fora da Carência <sup>2</sup> (%)
Alagoinha	A	5,04	N.I.
	B	18,66	N.I.
Dona Inês	A	0,86	N.I.
	B	76,25	N.I.

Continua...

**Tabela 1.** Continuação.

Local	Grupo	Inadimplência da Carteira <sup>1</sup> (%)	Inadimplência fora da Carência <sup>2</sup> (%)
Areia	A	3,34	N.I.
	B	41,34	N.I.
Salgado de São Félix	A	12,69	N.I.
	B	95,73	N.I.
Inadimplência média no Agreste	A (n = 40 municípios)	10,93	N.I.
	B (n = 63 municípios)	56,19	N.I.
<b>Mesorregião do Sertão Paraibano</b>			
Patos	A	0,41	N.I.
	B	25,68	N.I.
Pombal	A	10,21	N.I.
	B	26,43	N.I.
Jericó	A	2,57	N.I.
	B	24,95	N.I.
Cajazeiras	A	2,94	N.I.
	B	18,09	N.I.
Inadimplência média no Sertão	A (n = 26 municípios)	5,17	N.I.
	B (n = 77 municípios)	28,08	N.I.

Nota. Dados do Banco do Nordeste do Brasil (2007) divulgados pela Coordenadora do Pronaf do BNB-PB, no evento Aperfeiçoando as relações e qualificando as políticas públicas. João Pessoa: Emater-PB (2ª reunião de trabalho: MDA, BNB, Asbraer Nordeste, 08 e 09/11/2007).

$$^1 \text{ Inadimplência da Carteira} = \frac{\text{Valor das parcelas em atraso}}{\text{Saldo total das operações de crédito}}$$

$$^2 \text{ Inadimplência fora da Carência} = \frac{\text{Saldo das operações com parcelas em atraso} > 14 \text{ dias} + \text{Prejuízos no ano}}{\text{Saldo total das operações de crédito (fora da carência)} + \text{Recebimentos no ano} + \text{Bônus no ano} + \text{Prejuízos no ano}}$$

N.I. - Não informado.